

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ANA ALICE ARAÚJO CANTANHEDE

**ENTRE LAMENTOS E COMEMORAÇÕES: o abolicionismo na
imprensa maranhense (1887-1889)**

São Luís – MA
2019

ANA ALICE ARAÚJO CANTANHEDE

**ENTRE LAMENTOS E COMEMORAÇÕES: o abolicionismo na
imprensa maranhense (1887-1889)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa

São Luís – MA

2019

ANA ALICE ARAÚJO CANTANHEDE

**Entre lamentos e comemorações: o abolicionismo na imprensa
maranhense (1887-1889)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa

Apresentada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa (orientador)
Doutor em História (UNISINOS)
Universidade Estadual do Maranhão

Examinador(a) 1

Examinador(a) 2

1903

A primeira vez que um homem branco observou um homem negro. Não como um animal agressivo, ou força braçal desprovida de inteligência. Desta vez, percebe-se o talento, a criatividade, a música! O mundo branco nunca havia sentido algo como o blues. Um negro, um violão e um canivete. Nasce na luta pela vida, nasce forte, nasce pungente, pela real necessidade de existir. O que é ser um Bluesman? É ser o inverso do que os outros pensam. É ser contra a corrente. Ser a própria força, a sua própria raiz. É saber que nunca fomos uma reprodução automática da imagem submissa que foi criada por eles.

(Baco Exu do Blues – BB King.)

AGRADECIMENTOS

A trajetória que tracei durante toda a graduação foi repleta de conflitos internos, baseada em medos, anseios e de autoconhecimento. O processo de escrita do trabalho monográfico foi um momento de oscilação entre os receios de não conseguir concluir o meu objetivo, e de grande envolvimento e entusiasmo por desenvolver um trabalho de relevância pessoal, social e acadêmica. Tive a oportunidade de contar com pessoas que somaram com os meus propósitos, se alicerçando como verdadeiras redes de apoio, cada um a sua maneira. Por isso, deixo aqui meu muitíssimo obrigada a:

A Deus e Nossa Senhora, pelo sentimento de cuidado e conforto, a quem tenho devoção e posso manifestar a minha espiritualidade.

A minha família, em especial minha mãe Maria Luiza e meu pai Augustinho, por todo apoio, incentivo, por acreditarem que sou maior do que eu possa imaginar. Agradeço pelo cuidado, pelo afeto, pelas orações, pelas lutas diárias e por me permitirem sonhar.

Ao meu orientador prof. Dr. Yuri Costa, por todas as orientações, conversas construtivas e por ser um profissional dedicado e responsável. Agradeço por cada comentário e consideração que somaram para a minha evolução acadêmica.

Aos professores sensacionais da UEMA, pessoas extremamente responsáveis e apaixonadas pelo seu ofício. Obrigada por fazerem do Curso de História um local que nos permite a compreensão do nosso espaço, estimulando o nosso autoconhecimento.

Aos meus colegas de UEMA, em especial a turma 2013.2, onde conheci pessoas incríveis, com quem pude trocar experiências, temores e felicidades, em especial Raquel, João Vitor, Lia, Gescca e Dayanne.

Aos meus amigos de infância, a quem chamo carinhosamente de “meu bosque”, Felipe, Majarrara, Érica, Marilucy, Rafaela, Rayanne e Paulo Victor. Com essas pessoas eu pude rir dos meus momentos de desespero. Meus amigos fazem jus a expressão “ninguém solta a mão de ninguém”, são pessoas que agregam muito afeto e acolhimento.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a repercussão da abolição no jornal *Pacotilha*, no período de 1887 a 1889. As expectativas a respeito do fim do sistema de cativo geraram muitos anseios sociais. O trabalho insere, nesse contexto, a compreensão da abolição por meio da imprensa, analisando uma cidade com um contingente populacional de minoria letrada e branca, que se configuravam como parte das classes dominantes da província. Com isso, o primeiro momento deste trabalho analisa os passos iniciais da imprensa no Brasil oitocentista, observando o seu desenvolvimento. Em seguida, compreende-se a relação entre imprensa, cidadania e abolicionismo, onde envolta neste cenário, a imprensa maranhense serviu de palco para diversos embates entre escravocratas e abolicionistas, fazendo dos periódicos importantes meios de articulação de suas manifestações. Por fim, se observa as expectativas sociais manifestadas através dos jornais, evidenciando os diversos discursos articulados a respeito do sistema escravista e o futuro dos escravizados sob uma nova perspectiva social.

Palavras-chave: Imprensa. Abolicionismo. Maranhão.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the repercussion of the abolition in the newspaper Pacotilha, from 1887 to 1889. Expectations regarding the end of the captivity system generated many social yearnings. The work inserts, in this context, the comprehension of the abolition through the press, analyzing a city with a population contingent of literate and white minority, that were configured like part of the dominant classes of the province. With this, the first moment of this work analyzes the initial steps of the press in nineteenth century Brazil, observing its development. In the second moment, the relation between the press, citizenship and abolitionism is understood, where in this scenario the Maranhian press has served as a stage for several conflicts between slaveholders and abolitionists, making newspapers an important means of articulating their manifestations. Finally, we observe the social expectations manifested through the newspapers, evidencing the various articulated discourses regarding the slave system and the future of the enslaved under a new social perspective.

Keywords: Press. Abolitionism. Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Página de número dois do jornal *Pacotilha*, edição 132, 1888.... 64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. BREVES NOTAS SOBRE A IMPRENSA OITOCENTISTA	12
1.1. As faces da imprensa jornalística no Maranhão imperial	16
2. IMPRENSA, CIDADANIA E ABOLICIONISMO	23
2.1. As relações entre imprensa e abolicionismo	29
2.2. Os fundamentos do abolicionismo no jornal <i>Pacotilha</i> (MA)	35
3. A REPERCUSSÃO DA ABOLIÇÃO NO JORNAL <i>PACOTILHA</i> (MA)	43
3.1. Entre transcrições e publicações a pedido: os momentos finais do sistema escravista no jornal <i>Pacotilha</i>	44
3.2. “Viva o 13 de maio!”: as expectativas sociais quanto à abolição	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Logo que entrei na graduação, me deparei com uma nova noção de História, uma percepção que não tive no ensino básico, mas que de alguma forma influenciou na escolha do meu ofício. Esta compreensão permitiu com que eu pudesse me voltar para a minha condição e meu espaço. As escolhas que fiz até aqui, são frutos de uma inquietação presente, e da sede de construir novas narrativas a respeito de um sistema que ainda hoje reflete como parte do comportamento social do país.

Durante minha trajetória acadêmica, foram inúmeras as facetas históricas que despertaram meu interesse e entusiasmo. Mas, foi em 2016, durante o minicurso “Experiências negras nas Américas no pós-abolição”, que a temática da imprensa abolicionista chegou até mim, avivando minha necessidade de construir um trabalho que contemplasse meus questionamentos e, ao mesmo tempo, pudesse contribuir para a historiografia maranhense. Ao traçar uma análise que coloca em destaque as estruturas sociais e raciais no período oitocentista, uma sendo a extensão da outra, me permitiu assimilar o caminho que manteve as situações de desigualdade até o presente momento. Seguindo essa linha, me deparei com um acervo de jornais maranhenses que surgiram no contexto da escravidão e exerceram grande influência na construção do pensamento social das classes dominantes e populares do Maranhão.

O histórico da imprensa no Brasil se configurou como um momento de construção de novos discursos e novos anseios sociais, tendo em vista que os jornais, considerados como um dos principais meios de comunicação, se tornaram expressões de pretensões das mais variadas personalidades. A partir do olhar jornalístico, se analisa as alianças e oposições, no que se refere ao fim da escravidão, e a maneira que a imprensa foi um importante mecanismo de defesa à cidadania dos cativos e libertos.

O objetivo desta monografia é analisar as expectativas e as repercussões da abolição a partir do jornal *Pacotilha*, com o foco em publicações datadas de 1887 a 1889.

A província do Maranhão teve uma imprensa de destaque, ainda que os anos iniciais tenham sido representados por perseguições e oposições aos seus discursos políticos. O cenário histórico do Maranhão do século XIX se inseria em um sistema econômico sustentado pela mão de obra escrava, ainda que em meados do mesmo século fosse um grande exportador de cativos. As questões jornalísticas do Maranhão transitaram

pelo dualismo de opiniões, trazendo à tona grupos favoráveis e contra as mudanças administrativas e sociais, que circulavam no seu período de desenvolvimento socioeconômico. Analisar os primeiros passos da imprensa no Maranhão nos permite compreender a sua dinâmica social e política, colocando em evidência a forma como os jornais foram agentes mediadores nas relações e alianças estabelecidas, em prol de um poder que ultrapassava o setor econômico.

As discussões em torno do contexto do sistema escravista trouxeram consigo o debate acerca da cidadania no século XIX, onde tal conceito se restringia apenas à conjuntura social das elites. A *questão cidadã* é colocada como um fator que envolveu aspectos políticos, sociais, econômicos, se estendendo às teorias de branqueamento e o sentido de coisificação aplicada aos negros escravizados que, não raras vezes, foram considerados como indignos para compartilhar os mesmos direitos de cidadãos livres.

Em meio à negação das classes dominantes em atribuir aos libertos o direito a cidadania, a imprensa foi um espaço que colocou em pauta, em diversos momentos, a abolição sob um olhar humanizado. Ia além do desejo de libertação, apontando para um discurso que colocava o cativo como ser integrante da sociedade brasileira. Seja pela integração em novos espaços de trabalho, ou pela inserção do negro escravizado como cidadão digno de gozar dos privilégios sociais que sempre lhe foi negado, os abolicionistas intensificaram as manifestações em prol do fim do sistema de cativo.

A *Pacotilha*, embora surgido com o caráter supostamente imparcial, acenando para a direita e para a esquerda, como ressaltava nas suas edições iniciais, tinha articuladores visivelmente abolicionistas. Com isso, a estrutura do jornal era composta por discursos conservadores e discursos liberais, onde as elites, a partir as publicações feitas a pedido, enfatizavam suas alianças e relações, inclusive com a imprensa.

O jornal ludovicense era composto ainda por transcrições de outros periódicos, trazendo à tona o posicionamento abolicionista dos articuladores, muito embora tais opiniões estivessem lado a lado dos anúncios de fugas, vendas e compras de escravos, atitude inclusive repudiada por proprietários de jornais que mantinham o teor abolicionista.

Diante dessas ponderações, este trabalho está organizado em três momentos. Primeiramente, busquei analisar o desenvolvimento da imprensa no período oitocentista, contextualizando ainda os momentos iniciais da imprensa no Maranhão. As abordagens

iniciais têm por objetivo apresentar ao leitor o cenário em que esses impressos foram articulados, compreendendo os fatores sociais. Em seguida, apresento as relações entre imprensa, escravidão e cidadania, evidenciando as noções do direito civil no século XIX, bem como o imaginário social a respeito do negro escravizado. Nesse momento, se destaca a relação da imprensa com o abolicionismo e a forma como a mesma serviu de mediadora das relações entre abolicionistas e escravocratas, além de verificar os fundamentos do emancipacionismo no jornal *Pacotilha*.

Por fim, entre os acontecimentos que antecederam a maio de 1888, a *Pacotilha* destacou as expectativas sociais a respeito do futuro do sistema escravista, evidenciando as manifestações das elites sobre o tema. O objetivo de analisar o ano anterior e o ano seguinte a 1888 é uma tentativa de compreender as alterações nos discursos das classes dominantes. Dessa forma, o último momento deste trabalho se deteve em observar as continuidades e as rupturas, não só na questão administrativa, como no pensamento social, pois a partir desse momento se começou a pensar na forma como o ex-escravizado seria inserido em um novo cenário social.

1. BREVES NOTAS SOBRE A IMPRENSA OITOCENTISTA

O século XIX, no Brasil, representou um momento de rupturas, assim como de construção de novas perspectivas sociais. As mudanças se deram no âmbito econômico, político e social, fazendo com que as classes dominantes pudessem repensar o seu espaço naquele momento. Em meio a tantas vertentes que caracterizam o século XIX, a imprensa ocupou um lugar de destaque, trazendo, através de impressos, os desejos pela liberdade de expressão, além de se tornar um palco aberto para debates políticos e mobilizações de interesses sociais por diferentes causas. “Sabe-se que a circulação de periódicos que fossem impressos nas terras brasileiras era uma novidade que surgira em 1808, com restrições, e só conheceria um certo aumento quantitativo em 1821” (MOREL, 2003, p. 2).

Para compreender o desenvolvimento da imprensa é preciso fazer um resgate histórico a respeito do contexto em que ela surgiu. Nos anos iniciais do século XIX, o Brasil passava pela conturbada fase do processo de Independência, que resultou na separação de Portugal, reformulando as condições políticas, os novos personagens e os problemas que surgiram desde então. Segundo Nelson Werneck Sodré (1999), em sua análise sobre a imprensa na Independência, “a restrição à liberdade interessava as forças feudais europeias, a metrópole lusa e seu governo; enquanto a sua liberdade interessava a burguesia europeia e as forças internas que aqui, lutaram contra o colonialismo” (SODRÉ, 1999, p. 44)

Com a maré de mudanças que estava acontecendo no cenário social brasileiro, a imprensa ganhou foco, ainda que a mesma não fosse um mecanismo de comunicação de fácil acesso para toda população. Os periódicos chamavam a atenção de seus leitores por trazerem notícias do dia a dia e, principalmente, o noticiário internacional, além disso, obteve desenvolvimento e passou a ser a principal representante das ideias e reivindicações das elites.

Faz-se necessário analisar os primeiros momentos da imprensa brasileira para que se possa compreender a sua transição, rumo a uma imprensa que passou a se pautar nos interesses de novos personagens e contextos sociais. Parte da imprensa nesse momento adotou um caráter de denúncia às injustiças, se tornando uma expressão direta de determinados grupos e de seus objetivos, como a de postura abolicionista, que surgiu

como uma expressão da campanha emancipacionista e se tornou um dos principais meios de divulgação das ideias e práticas deste movimento no Brasil.

Os jornais do século XIX nos cabe nesse momento como fonte riquíssima de estudo do contexto histórico em que estava inserido o Brasil, além de nos fazer compreender as mudanças, os novos costumes e os novos espaços sociais que estavam se formando. Joaquim Serra (1883) afirmou que os jornais eram os melhores testemunhos da história de uma época. A imprensa surgiu em um momento de rupturas e continuidades em diversos aspectos, sendo assim um mecanismo de comunicação que ultrapassava os limites do campo literário e político, tornando-se porta voz dos mais variados públicos e suas expressões.

Os periódicos apresentavam conteúdos que eram de interesse da Corte, assim como notícias de acidentes e assassinatos, de forma que os assuntos pertinentes à nação tinham uma discussão limitada. No que se refere às abordagens jornalísticas,

Pode-se dizer que com a campanha abolicionista e republicana, os jornais ganharam fôlego para se tornar publicações relevantes no que diz respeito a uma representação nacional, ao povo brasileiro e ao momento histórico vivido por ele. É claro que o desenvolvimento da tipografia no Brasil e a chegada de mais máquinas contribuíram para o aumento do número de publicações. Também é preciso destacar que nem todos tinham acesso aos jornais, ainda caros para os padrões da época. No entanto, a burguesia crescia como classe econômica e contestadora política do país. A escravidão e o império já não faziam sentido no contexto de modernidade e civilidade nascente. Cada um se defendia ou lutava com as armas que possuíam. (FERREIRA, et al, 2011, p. 2).

A autora Ana Paula Goulart Ribeiro (2015) em análise da obra de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, de 1998, nos apresenta diferentes faces do jornalismo, caracterizando o mesmo como ideológico, militante e panfletário. A autora destaca como o jornalismo, que já seguia um padrão estrangeiro, intensificou essa abordagem, dando espaço para uma diversidade de conteúdos e publicações. O processo de transição do jornalismo brasileiro significou não só uma ruptura com as antigas narrativas, mas uma ampliação em seu conteúdo. O que a princípio se restringia a um jornalismo literário e político, a partir desse momento adotava um caráter contemplativo às causas sociais, principalmente as marginais e distantes do padrão social do período.

O contexto histórico da imprensa brasileira oitocentista passou pelas fases de construção, adequação ao espaço em que estava sendo introduzido e de consolidação como um dos principais mecanismos de defesa do coletivo. A imprensa acompanhou o

processo de transformações ao qual passava o Brasil no século XIX, de forma que começava a se aproximar dos padrões jornalísticos das grandes sociedades europeias, vistas como modelos de modernização. Sobre os meios usados para atingir credibilidade do público leitor, o autor João Paulo Barbosa destaca algumas características desses jornais:

[...] os textos e as pautas tinham o objetivo de fazer vender. Assim, a linguagem sensacionalista também vai ganhar mais espaço gradativamente, em detrimento da hermética dos discursos dos grandes oradores do século XIX. Não só narrar os acontecimentos, a imprensa queria ganhar a atenção do público. Pode-se dizer que a imprensa passa também por um gradativo crescimento de um discurso “informativo”, representado, inclusive, por notas e notícias chocantes, e um decréscimo do conteúdo “formativo”, representado por artigos e outros textos com perfil argumentativo. (BARBOSA, 2016, p. 48)

À medida que a imprensa ganhava força no cenário social e político brasileiro, os periódicos passaram a ocupar os mais diversos espaços, atraindo os públicos diversos, com interesses que poderiam ser incorporados a partir do mesmo. Sobre esse ponto, torna-se importante observar a forma como a fundição da imprensa com os discursos sociais refletiu no processo de construção de uma identidade brasileira, bem como o sentimento de pertencimento desta nação.

No caso especial do Brasil do final do século XIX, a procura de um ideal de modernidade determinava a constituição de uma identidade nacional, e vice-versa. Nesta época, o discurso romântico aos poucos dava lugar a formas de explicação mais “científicas”, herdadas das teorias sociais europeias, de cunho evolucionista, como o darwinismo social e o Positivismo de Auguste Comte. Estas teorias consideravam que as sociedades evoluíam num processo unilinear, em que diferentes povos estariam em estágios diferenciados de um mesmo desenvolvimento e seriam naturalmente levados ao estágio mais avançado de civilização - neste caso, o europeu. ((FERREIRA; SILVA; BRAZ; ARAÚJO; SOUZA; CALEIRO, 2011, p. 6)

Considerar a imprensa como porta voz de uma causa, nos leva a refletir sobre uma das principais indagações a respeito da circulação desses impressos, que corresponde ao seu público leitor. Quando se constrói a proposta de criar um jornal para determinados fins, a primeira medida é pensar “com quem estou falando?”, além de se questionar sobre as possíveis impressões do público e quais serão os impactos causados por aquele discurso. A partir desse ponto, nos interrogamos sobre a possibilidade de acesso ao conteúdo dos jornais, tendo em vista o alto índice de analfabetismo no Brasil, como foi apresentado pelo Censo de 1872. Sem o objetivo de entrar no mérito do contexto educacional do país, mas nesse momento, torna-se inviável pensar a imprensa sem considerar o seu público leitor.

Quando se fala sobre analfabetismo nesse período, trata-se do grupo das chamadas minorias sociais, principalmente no que se refere ao grupo dos cativos e recém libertos. Muito embora a tradição jornalística não fosse restritamente referente ao impresso, considerando a oralidade, o veículo de comunicação ainda era de difícil acesso, devido aos altos padrões. É curioso pensar que ainda que a escravidão e o desejo de emancipação fosse pauta de muitos jornais, esses personagens poucas vezes foram cogitados como os principais telespectadores. Porém, a década de 1880 trouxe consigo histórias que precisavam de novas narrativas e novos contadores. A existência da imprensa abolicionista como uma expressão do movimento emancipacionista promoveu novas discussões, como a luta por direitos e identidade racial.

A imprensa do oitocentos se revelou como um palco para as discussões da construção da identidade nacional e racial. Com isso, os periódicos representavam ideias de uma sociedade que buscava se legitimar enquanto seres pertencentes da nação brasileira. O jornalismo e suas narrativas representam as marcas de seu tempo, principalmente no que tange às suas intenções, as disputas de poder, os gritos e os silêncios dessas relações sociais, que não seguiam de forma independente. E sobre essa ótica, começamos a compreender não só a importância do discurso, mas o sentido em que estava inserido.

As autoras Maria Ivete Fossá e Daiane Bertasso Ribeiro (2010), ao analisar a produção dos sentidos no discurso jornalístico, apresentam a questão ideológica contida nessas produções. Afirmam a partir da concepção de Véron (1980) que “o ideológico é uma dimensão constitutiva de qualquer sistema social de produção de sentido” (VÉRON, 1980 apud FOSSÁ, RIBEIRO, 2010, p. 64). Dessa forma, identificamos que os periódicos atendiam interesses específicos, e sendo assim, sua análise se estende para compreensão do espaço social em que esses discursos estavam sendo reproduzidos. Torna-se pertinente pensar nesse momento, os impactos e a repercussão da imprensa, tendo em vista como a mesma em diferentes momentos e lugares foram percebidos pelo público leitor, o que acarretou as suas diferentes representações.

A segunda metade do século XIX pode ser configurada como o período das mais conflituosas disputas de poder e espaço. O sistema escravista era a base para a consolidação do campo econômico e político, de forma que a sua extinção representaria grandes danos para esses setores. A pauta da escravidão colocou em certame os interesses dos liberais, dos conservadores e principalmente dos cativos, sendo a imprensa uma das

principais plataformas de construção de pensamento desse período. Segundo Josenildo de Jesus Pereira

[...] se reconhece que a imprensa jornalística cumpria a função de um “circuito de interatividade”, no qual se produzia, discutia-se e se divulgava as “representações da consciência entrelaçadas com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens” [...] Em seus gêneros: político, religioso, literário ou pasquim, o jornalismo periódico capta, produz e faz circular ideias e sistemas de valores referentes a uma formação social, constituindo um espaço público de representação simbólica e, por isso, um circuito de interatividade imerso no jogo de forças sociais constituintes da experiência histórico-social de seus sujeitos. (PEREIRA, 2006, p. 15)

Tendo em vista esse histórico, a imprensa passou a desempenhar um papel de destaque nas províncias, a fim de elucidar os interesses populares. Nesse momento, começa a se consolidar uma imprensa que busca atender às necessidades específicas de cada público. Um dos destaques das expressões do jornalismo era a imprensa abolicionista que surgia com o objetivo de denunciar as péssimas condições do escravismo, além de reivindicar pelos direitos dos cidadãos e cidadãs negras. Era uma forma de evidenciar a discriminação racial e social.

Esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratemplos – entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos afins – negros formularam uma própria e tornaram-na pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los. (PINTO, 2006, p.27-28)

A autora Lavina Madeira Ribeiro (2004) reforça a ideia de que o jornalismo do século XIX se levantava com o esforço de pensar o Brasil em sua totalidade, citando a influência de renomados personagens como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, que exerceram seu ofício em função do desejo de uma identidade nacional igualitária. É importante que, inserido nesse contexto, se identifique a imprensa como a voz de uma população desprovida de direitos que carecia dos olhares das elites políticas voltados para sua cidadania.

A imprensa brasileira, a partir da virada do século, deu crescente atenção à política, não apenas nos conteúdos, mas também na intervenção na arena pública, como se fosse a voz representativa dos cidadãos, ou, em concreto, da pequena burguesia que a lia, ou de determinados partidos burgueses. Isso provocou, não raras vezes, a cólera e os ataques, verbais, legais e violentos, contra os jornais, até porque o próprio clima político era turbulento. (SODRÉ, 1999 apud BARBOSA, 2016, p. 51)

1.1. As faces da imprensa jornalística no Maranhão imperial

Em 1821, começou o desenvolvimento da imprensa no Maranhão, na cidade de São Luís. Joaquim Serra, em sua obra sobre os *Sessenta Anos de Jornalismo: a imprensa no Maranhão*, pontuou que a imprensa da província do Maranhão foi uma das mais notáveis do império. Apesar dessa posição de destaque, em alguns momentos passou por diversos conflitos devido às divergências político-sociais. Segundo Serra, em meados de 1823, o papel da imprensa nesta província obteve pouco destaque, ocasionado pela falta de segurança e de liberdade no Maranhão. (SERRA, 1883, p. 14).

Os primeiros anos de imprensa no Maranhão foram tomados por conflitos e perseguições. Isso se deu ao fato de a imprensa divulgar seus princípios políticos que iriam contra as elites. Mas, os casos de perseguições aos jornais não foram exclusivos dos anos iniciais. Além do mais, a imprensa do Maranhão em seus primeiros anos se caracterizou como artesanal, que segundo Nelson Werneck Sodré “se compreende como os jornais do século XIX, políticos e noticiosos, mas ainda não caracterizados como meios de comunicação de massa” (SODRÉ, 1966 apud PEREIRA, 2006, p. 86).

A província do Maranhão, seguindo à tendência das demais, buscava se alinhar ao ideal de modernização europeu, alterando seus costumes conforme as novidades que até aqui chegavam. Em São Luís, surgia a necessidade de se modernizar, seja nos ambientes públicos, ou na vida privada. Os jornais que já existiam, apresentavam em suas narrativas os últimos acontecimentos políticos e econômicos da Europa, o que servia de modelo para as administrações brasileiras.

Como apontado por Johny Santana de Araújo, a “imprensa associada à política, literatura e as artes, era o veículo apropriado para a demonstração dessas mudanças mostrando tais modificações em suas colunas editoriais, literárias e no noticiário quase sempre atualizado” (ARAÚJO, 2014, p. 368-369). A transição do jornalismo puramente político para um jornal que servia agora como uma expressão para outras carências sociais, se entrelaçou com as necessidades da população no processo de modernização. Em referência a esse processo de mudanças, vale destacar o letramento, no que se refere à prática da escrita e leitura expressas no jornalismo, e que em alguns momentos transitava pela literatura. Sobre esse ponto, em crítica, Josenildo de Jesus Pereira destaca que “esse requisito assumido e praticado por alguns poucos indivíduos pertencentes a segmentos das elites econômicas e políticas conferiu a São Luís, capital da província, o título honorífico de *Athenas Brasileira*” (PEREIRA, 2016, p. 52).

Ao traçar o mapa da difusão do jornalismo no Maranhão, Roseane Arcanjo Pinheiro (2007) apresenta o processo de consolidação dos jornais no cenário brasileiro,

com foco na província maranhense. A autora contextualiza os momentos iniciais do ingresso da imprensa em outros espaços, a exemplo, no interior, como:

Uma marcha lenta, pois as motivações sociais, culturais, políticas e econômicas sustentadoras da vinda tardia dos impressos continuaram a predominar na maioria das cidades. A interiorização da imprensa seguiu os passos do crescimento socioeconômico, centrado na capital e calcado no modelo essencialmente exportador até as primeiras décadas dos anos 1800, quando foi abalado pelas mudanças no mercado externo. (PINHEIRO, 2007, p. 2)

A autora destaca, ainda, sobre os rumos do Maranhão,

Naquele território, também atingido pelas mudanças, o governo da província reafirmou o poderio português frente às turbulências políticas. O lançamento do impresso pode ter sido uma estratégia para reforçar a posição de poder, de mando no território, por meio de representações sobre a força e a identidade do império português. A proposta teria incluído a ideia de harmonizar as sociedades sob o jugo português, conciliar interesses, apaziguar ânimos ou conter revoltas. (PINHEIRO, 2016, p. 47).

Antes de adentrar na temática jornalística, é preciso evidenciar o cenário em que estava estruturada a província do Maranhão, a fim de compreender seu contexto socioeconômico. O Maranhão tinha “sua estrutura econômica baseada na agricultura mercantil de exportação e no trabalho escravo tendo como função histórica gerar riquezas para a metrópole” (PEREIRA, 2016, p. 49). Sabe-se que o século XIX tinha seus holofotes voltados para as mudanças administrativas, políticas e sociais, o que conseqüentemente se estendia a pauta da escravidão.

A economia maranhense era proveniente da mão de obra escrava, mas com a proibição do tráfico negreiro internacional, em 1850, passou de importador para exportador de cativos, onde grande parte era enviada para o Sudeste. Embora envolta nesse quadro, o Maranhão, às vésperas da abolição, ainda era uma das províncias do norte e nordeste com um representativo número de cativos. Ao destacar os dois fatos, salienta-se que havia a necessidade da distinção social através da posse de escravos, mas também era uma mercadoria que poderia ser comercializada em um futuro próximo.

O Maranhão chegou a se configurar como a quinta maior província em importância econômica, e isso se deveu à entrada maciça do braço africano. Por isso, por mais que a província tenha exportado uma boa parte da sua mão-de-obra, os africanos e seus descendentes, já crioulos, ainda podiam ser encontrados em grandes quantidades na província ao final do XIX. (SILVA, 2014, p. 33).

A posição da imprensa passou a se configurar então como propagadora de novos ideais do povo e das elites. Sendo assim, os jornais foram as principais plataformas utilizadas para popularizar as reivindicações sociais, ainda que o mesmo não fosse de fácil acesso às camadas mais baixas. As elites usaram os periódicos como uma forma de fortalecer suas convicções contra os abolicionistas, porém, a imprensa foi um espaço de circulação também dos ideais do povo que tinha por expectativa o desejo de liberdade e igualdade.

O século XIX se caracterizou como um momento de reformulação do pensamento social, onde as discussões ganharam novos espaços e novos protagonistas. O cenário político e social maranhense apresentava um jogo de interesses partidários e individuais, colocando em pauta a discussão sobre o fim do sistema escravista. Mas o desejo da abolição não era uma pauta comum entre todos os jornais.

No que se refere à circulação dos jornais e seus objetivos, o Josenildo Jesus Pereira pontua:

No Maranhão da década de 1880, circulavam 30 jornais com diferentes propósitos quanto aos seus objetivos. Tal como em décadas anteriores havia jornais que se definiam como “noticiosos”, “políticos” e “literários”, ao lado de outros que se especializavam em criticar os costumes e, por isso, eram chamados de “imprensa baixa”. Muitos desses jornais não eram publicados todos os dias. Alguns tiveram uma curta duração e outros a edição fragmentada. Além do mais, nem todos discutiam a respeito da escravidão. (PEREIRA, 2006, p. 17)

A temática da abolição começava a se estender a outros espaços e a novas narrativas, sendo um momento deliberativo a respeito do futuro da nação. O quadro em que as províncias estavam inseridas correspondia a um sistema escravista com pessoas em situação de adormecimento moral. Era um peso e duas medidas.

Por incontáveis momentos a ideia de extinção do escravismo foi colocada como uma pauta política, principalmente durante manifestações de rebeldia dos escravos, que colocavam os grandes senhores em posição de defesa, temendo por uma maior reivindicação social que pudesse colocar em risco seu patrimônio e bem-estar pessoal. “Receosos com as reações escravas, políticos e outras autoridades, passaram a compreender a escravidão como uma instituição que precisava ser combatida, como um meio de garantir a segurança dos brancos”, como ressalta Wlamyra Albuquerque (2018, p. 346) na obra *Dicionário da Escravidão e Liberdade*.

A imprensa na década de 1880 trazia consigo um amplo debate acerca da escravidão. No Maranhão, esse assunto estava presente nos discursos dos liberais, dos

conservadores, do povo nas ruas, nas conversas de cozinha, bares e sobretudo na imprensa, que a partir desse momento exibia um caráter representativo sobre o desejo de uma nação próspera e igualitária. Mas Josenildo de Jesus Pereira (2009), ao tratar da imprensa e a ética escravista, salienta sobre os anseios da mesma “para além da defesa da natureza humana dos escravos”. O autor elenca duas perspectivas sobre as relações estabelecidas entre a imprensa e as camadas sociais:

Ao se considerar os resultados sociais das contradições de classes de uma sociedade escravista em decadência e a subsequente quebra entre a sua racionalidade ideológica e a sua base social e política, compreende-se os argumentos utilizados no debate como formulações ideológicas com um duplo objetivo. Por um lado, promover o ocultamento da perda da vitalidade e do sentido dos nexos econômicos que asseguravam a reprodução das relações de dominação de que se beneficiavam os ricos comerciantes e os proprietários rurais. Por outro lado, adequar as classes dominantes às demandas como liberdade exigida pela mobilização escrava e o abolicionismo; o trabalho livre assalariado reivindicado pelo movimento do capital industrial impulsionado a partir da Europa Ocidental, bem como a recomposição das relações de dominação em novas bases, mas sem que perdessem o poder. (PEREIRA, 2009, p. 4)

Ao analisar alguns jornais maranhenses, como o *Carapuça*, *O Paiz* e a *Pacotilha*, que surgiram no contexto abolicionista, percebemos que o caráter inicial era se mostrar um periódico feito para o povo e com o povo. Algumas características a título de composição das manchetes, mostra que havia uma participação frequente da população, principalmente as classes dominantes, que contribuía com seus posicionamentos, reivindicações e denúncias. Porém, a participação nos jornais não estava restrita a um determinado público, logo, ideias conversadoras e liberais faziam parte do corpo literário dos periódicos. O jornalismo carrega consigo a característica de documento, como um meio de compreender as conjunturas político-sociais e suas mudanças, de forma a sinalizar as alianças e posicionamentos. Soa como a possibilidade de entender o jornal como um espaço de representações, cujo conceito de Chartier observa que,

A representação é algo relacionado ao ausente, o que supõe diferenças fundamentais entre aquilo que representa e o que é representado. Outro sentido é a representação como exibição pública, apresentação de uma ideia ou de uma pessoa. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma <<imagem>> capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (CHARTIER, 2002, p.20)

Ao tratar do caráter representativo contido na imprensa jornalística, de imediato se retoma à consciência o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil, onde a Lavina Madeira Ribeiro, em seu artigo *Imprensa e Esfera Pública*, apresenta da seguinte forma:

Há, a princípio, a evidência histórica de um percurso institucional singular das práticas comunicativas que só pode ter-se diferenciado institucionalmente daquele das demais práticas socialmente legitimadas, se alojado e auto-referenciado em um espaço próprio de existência, em um espaço necessariamente organizado numa estrutura particular de recursos materiais, de normatizações, de habilidades e de regras de discursividade com a sociedade, com o seu “público” imaginado e concretamente conquistado. (RIBEIRO, 2004, p. 101)

E por falar no caráter representativo, algumas personalidades se destacaram no ambiente jornalístico maranhense devido as suas ações em prol de um Maranhão com uma base política sólida. Surgia nesse cenário a figura de Odorico Mendes (1799-1864), que lutava contra a política abusiva dos lusos, considerando suas presenças como danosa a província. “Defendia a liberdade de imprensa e considerava o jornal útil à sociedade” (JORGE, 2006, p.77-79); José Cândido de Moraes e Silva (1807-1832) considerado um “intransigente defensor da Constituição e da cidadania. Fez campanha pela autonomia das províncias e usou o *slogan* “Federação ou morte” (JORGE, 2006, p.77-79); João Francisco Lisboa (1812-1863) “mostrou como funcionava a política e como se elegia um candidato ligado a grupos poderosos. Ele introduziu a reportagem no jornalismo brasileiro, um pouco antes do meado de século XIX”. (JORGE, 2006, p.77-79).

As questões jornalísticas do Maranhão transitaram pelo dualismo de opiniões, trazendo à tona grupos favoráveis e contrários às mudanças administrativas e sociais, que circulavam no seu período de desenvolvimento socioeconômico. Segundo Marcos Aurelio Santos Pereira, para os senhores e proprietários de escravos, qualquer discurso com teor abolicionista era considerado como um “abolicionismo revolucionário”, mas o autor destaca que “tal tipo de abolicionismo foi inexistente no Maranhão, ao menos através da imprensa” (PEREIRA, 2007, p.18).

Ainda no que se refere ao desenvolvimento da imprensa e seu caráter representativo para as discussões das elites e construção de um pensamento social, o capítulo seguinte busca compreender as relações da imprensa com a escravidão, colocando em evidência as noções de cidadania que foram construídas pela sociedade

brasileira do século XIX. Nesse primeiro momento, se observa a transição da imprensa para um conteúdo que passou a abranger variados discursos entre as classes dominantes, adotando narrativas que contemplavam os ideais sociais, sendo um dos mecanismos de comunicação mais influentes para as relações entre as elites.

2. IMPRENSA, CIDADANIA E ABOLICIONISMO

A grande questão poderia ser traduzida assim: o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade? Sim, porque é bom lembrar, mesmo os negros que já viviam em liberdade durante a escravidão, e que no século passado chegaram a ultrapassar o número de escravos, estavam sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnadas nos costumes de uma sociedade dominada por uma diminuta elite branca. (AZEVEDO, 1987, p. 33).

Célia Maria Marinho de Azevedo, em sua obra *Onda Negra, Medo Branco* analisa o negro no imaginário das elites do século XIX. É dela a citação que inicia este capítulo, que tem por objetivo debater a forma como a imprensa se envolveu no processo de reivindicação social pelos direitos dos negros que viviam em situação de cativo, mas que se estendia também, não raramente, a homens livres.

Sabe-se que o século XIX foi um período de rupturas, principalmente no que se refere ao contexto da escravidão negra. As elites do Brasil oitocentista observaram um ideal de sociedade que valorizava pessoas brancas e letradas, no sentido de tê-las como um protótipo de modernização, logo, de civilização e progresso. As demais camadas eram coisificadas, representadas, sobretudo, por negros, índios e pobres.

Existia no imaginário das elites, ainda, a ideia de ameaça e perigo representadas pelos negros em liberdade, o que colocava em posição de vigilância os proprietários de escravos, visando a preservação de seus interesses e seu capital.

Envolto em um cenário de disputas e silenciamentos, a consolidação de um movimento abolicionista surgia juntamente com a necessidade de se pensar não só a extinção do sistema escravista, mas de assegurar que os cidadãos negros em suas condições de liberdade pudessem usufruir de seus direitos.

Presente igualmente nesse momento a perspectiva de que preconceitos raciais eram inexistentes no meio social, de forma a caracterizar o sistema escravista como brando e benevolente, o que tornava sua continuidade aceitável ainda por um tempo. O Brasil passava por uma dualidade social, e como ressalta Azevedo, tínhamos o movimento abolicionista que representava “o progresso e o desenvolvimento econômico-político-social (racionalidade)”, de outro lado a resistência escravocrata que representava “o retrocesso e a paralisia (irracionalidade)” (AZEVEDO, 1987, p. 217).

Cercada pelo ideal de progresso, mas sem perder seus privilégios, as elites, concentradas em sua origem socialmente branca, buscaram se legitimar como padrão de civilização para a nação, de forma a elencar diferentes justificativas para a continuidade do sistema escravista. O discurso ideológico do momento estabelecia duas categorias que colocava brancos letrados e negros em diferentes condições sociais. Havia a noção, inscrita no texto da legislação, de que a sociedade se dividia entre *pessoas* – livres – e *coisas* – escravos. Sobre o discurso de coisificação dos cativos, Yuri Costa (2017) explica que “em síntese, [a legislação] defendeu a negação da natureza humana do escravo e, em meados do Oitocentos, mesclou-se com teorias científicas capazes de ampliar as justificativas da escravidão” (COSTA, 2017, p.198).

Hebe Mattos e Keila Grinberg em *Código Penal escravista e estado*, pontuam as questões que envolvem a imagem do escravo reduzida a condição de coisa, destacando que “segundo o direito colonial português, o escravo era considerado um bem semovente, definido em termos jurídicos como uma coisa, privado de direitos, impedido de possuir propriedade e incapaz de manter qualquer obrigação” (MATTOS, GRINBERG, 2018, p.171). Uma das justificativas iniciais para o sistema escravista era construída a partir de uma ótica religiosa, como meio de camuflar a questão racial, e a partir dessa percepção, Mattos e Grinberg reforçam que “os estigmas e distinções jurídicas foram determinados a partir de critérios raciais” (MATTOS; GRINBERG, 2018, p. 173).

O Brasil do século XIX passava por um longo e trôpego processo de construção de sua identidade nacional, mas também de reestruturação de seu sistema administrativo que envolvia as esferas econômicas, políticas e sociais. Tinha como traço a escravidão e o desejo de civilização, que intensificou a ideologia do branqueamento como única possibilidade de desenvolvimento da nação. Dessa forma, vale evidenciar a marcha da elaboração do Código Civil do Brasil, que caminhou em passos lentos. É importante que se ressalte esse andamento, a fim de se compreender a condição em que estavam inseridos os negros escravizados e libertos, a partir da noção de sociedade construída pelas elites. Com o objetivo de discutir as possíveis relações entre a escravidão e a codificação do direito civil do Brasil, Keila Grinberg elenca os primeiros pensamentos acerca da construção do Código Civil.

O Código Civil do Brasil demorou, e muito, para ficar pronto. Mais exatamente, sessenta e um anos, se contados desde o primeiro contrato do governo imperial para sistematização da legislação civil vigente, ou noventa e

quatro, levando em consideração a promessa feita, em 1823, de a elaboração deste código ser uma prioridade do país que então se tornava independente. [...] A primeira proposta efetiva, no entanto, aconteceu em 1855, quando Augusto Teixeira de Freitas foi contratado pelo governo, através do próprio Nabuco de Araújo, então ministro da Justiça, para elaborar uma compilação da legislação civil, denominada *Consolidação das Leis Civis*. [...] De 1867, ano de rescisão do contrato, a 1872, o projeto permanece parado. É só a partir de então que o próprio Nabuco de Araújo dispõe-se a escrever o código, comprometendo-se a finalizar a tarefa em cinco anos. Há quem diga que esta foi a causa primeira de sua morte, em 1878, quando deixou dezenas de volumes de notas, mas nenhum texto. [...] A última tentativa realizada durante o Império deu-se tarde demais: a derradeira comissão, formada no próprio ano de 1889, composto por, entre outros, Afonso Pena, Dantas, Candido Mendes de Oliveira e até o Imperador, foi extinta junto com o fim do regime. (GRINBERG, 2011, p. 1)

Grinberg ressalta, ainda, que a permanência da escravidão e o regime monárquico eram as principais motivações para o atraso da redação do código, soando impossível a elaboração de um sistema que colocavam brancos e negros sob a mesma condição de direitos e igualdade.

Sobre essa perspectiva, podemos reiterar a condição de civilização a partir dos brancos se estendendo para a discussão sobre a noção de trabalho construída nesse período. Em meados do século XIX, a teoria do branqueamento, a partir do fluxo migratório de europeus, tomou força e levantou o questionamento sobre as formas e condições de trabalho, diferenciando o trabalho livre (brancos e imigrantes) do escravo (negros). Nesse momento passou a se pensar em uma substituição do negro escravo pelo trabalhador branco imigrante, ainda que as condições e espaços de trabalho fossem diferentes.

Sobre as expectativas criadas em relação a liberdade do trabalhador escravizado, Silvia Hunold Lara pontua:

Ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições; outras vezes, significou poder reconstruir laços familiares e mantê-los sem perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, e, aqui, a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se à luta pelo acesso à terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex-escravos lutaram para manter condições de acesso à terra conquistadas durante o cativeiro. (LARA, 1998, p. 28)

As elites políticas, moldadas por ideais conservadores, viam como inviável a criação de um direito civil, tendo em vista que colocar senhores e escravos sob a mesma condição social, como cidadãos, representaria um retrocesso moral na construção de uma

nação civilizada. Aos libertos era dada a posição de cidadania, ainda que os mesmos tivessem seus direitos limitados, porém aos escravos, o direito à cidadania não era debatido, tendo em vista que os mesmos não faziam parte do cenário social brasileiro, estando impossibilitados de qualquer exercício político e, regra geral, da proteção das leis do país, como pontua Costa (2017).

A criação de leis ideais para a sociedade ideal e não a formulação de uma base legislativa adequada à realidade. Logo, a escravidão logicamente não deveria figurar entre os princípios estabelecidos em um Código Civil. Assim, o máximo que se poderia fazer seria tratá-la em um *Código Negro*, que deveria ser extinto junto com a escravidão. (GRINBERG, 2011, p. 3)

Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, proliferou a ideia de suavização do regime de cativo, alegando a inexistência da divisão de raças entre inferior e superior, ou que tal distinção não gerou conflitos intransponíveis. Ressaltar o discurso de Freyre a respeito da escravidão brasileira é uma maneira de evidenciar a imagem do negro construída pelas elites, que constatava a ausência do racismo em nossa formação. Logo, tornava-se justificável a continuidade do sistema escravista. “O quadro que Gilberto Freyre forneceu das relações raciais no Brasil expressava, entretanto, uma opinião difundida não apenas entre a maioria da elite branca, como também, surpreendentemente, entre muitos negros”. (COSTA, 1999, p. 367)

A segunda metade do século XIX deu vazão aos interesses das elites, que reafirmavam seus desejos da manutenção do sistema escravista como único modo de sustentar a economia brasileira. Por outro lado, as pressões abolicionistas buscavam espaços para debater o fim da escravidão. Os abolicionistas acabaram por despertar a ira dos escravocratas, sofrendo duras perseguições. No mesmo contexto, o Parlamento do Império aprovava leis que garantiam a liberdade para crianças nascidas de mães escravas, que se estendeu também para a libertação de pessoas com idade superior a 65 anos. Conhecidas como Lei do Ventre Livre (1871) e Lei do Sexagenário (1885), respectivamente. Porém, ainda que fossem criadas leis direcionadas aos cativos, a mesma não assegurava o seu direito a moradia e de cidadania em suas condições de libertos, pois grande parte da população negra estava fadada a permanecer na posição de subalternos.

Luciene Dal Ri (2010) destaca alguns aspectos sobre a forma como a Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824, configurou as noções de cidadania e identidade nacional. A princípio, a Constituição definia o Império do Brasil como um espaço político de todos os cidadãos brasileiros, que formavam uma “nação livre, e

independente, que não admite com qualquer outra, laço algum de visão ou federação, que se oponha à sua independência” (DAL RI, 2010, p. 10). O ideal de cidadania refletia na concepção de direitos civis e na possibilidade de exercer seus direitos políticos. Ainda que se fizesse a generalização de um modelo social para todos, cativos e negros libertos não faziam parte do plano social. Ivone Stolze Lima (2003), ressalta que “as lutas de representações em torno da identidade nacional relacionavam-se à formação da sociedade política, ao seu direcionamento, aos dispositivos de inclusão e exclusão nesse corpo político” (LIMA, 2003, p. 32).

Essas representações funcionavam como a compreensão de uma realidade a partir do ponto de vista de suas vivências. Sobre isso, Esmênia Miranda Ferreira salienta que “o passado que nos chega através dos jornais, por exemplo, também vem em forma de discurso, carregado de uma ideologia aqui considerada como interpretação de uma situação real que apresenta, de forma simplificada, a realidade e a organização social” (FERREIRA, 2016, p. 191).

As províncias do Brasil imperial adotaram medidas que visavam uma reestruturação social como parte da intenção de modernização do espaço. Inserida nesse cenário, São Luís, capital da Província do Maranhão, passava por um projeto de urbanização durante o Oitocentos, adotando mecanismos de regimento da população. Pautado nesse objetivo, criou-se códigos de posturas municipais, caracterizado por Heitor Ferreira de Carvalho como:

Um elemento utilizado com a pretensão de reorganizar o espaço urbano. Esses códigos funcionavam, como mecanismos que visavam a segregação dos atores sociais a um *processo civilizador*. Este processo se consolida na medida em que as transformações na maneira de lidar com o outro vão tornando-se necessárias e perceptíveis. Assim, esse tipo de legislação – as posturas – vai sendo modificada de modo a organizar o uso e a ocupação do espaço urbano e normatizar as condutas dos sujeitos que o ocupam. (CARVALHO, 2005, p. 34-35)

Os códigos de posturas foram criados a partir da necessidade das elites de controlar a sociedade, o que se estendeu ao controle das camadas marginais, com isso se observava as formas de convívio dos libertos, além de manter o controle do número de escravos na rua, a fim de definir os espaços que os mesmos poderiam ocupar. Sobre esse ponto, Daylana Cristina da Silva Lopes acentua que

Nesse sentido, podemos considerar que os códigos de posturas e regulamentos, criados a partir do século XIX, podem ser analisados como uma forma de

normalização da sociedade, de organização da cidade diante do processo de urbanização. Os códigos de postura não deixaram de legislar sobre os escravos. Assim, as posturas, apesar do seu caráter de organização do espaço urbano, foram mais um mecanismo de domínio escravista e de controle sobre os escravos e libertos. Uma forma de assegurar a continuidade da dominação principalmente sobre o escravo no espaço urbano. O escravo foi considerado um inimigo da ordem pública. (LOPES, 2016, p. 95)

A sociedade ludovicense era revestida por noções sociais que a enalteciam. Cristiane Pinheiro Santos Jacinto (2005) ressalta que a elite maranhense era composta principalmente por fazendeiros e grandes comerciantes, dando destaque para o aspecto cultural, que, no discurso das elites, construiu a representação da “Atenas Brasileira”. Sobre a conjuntura social da província, a mesma se mostrou como um dos pilares da escravidão no país, permanecendo escravista até o último momento, muito embora tivesse adotado o sistema de exportação de escravos na segunda metade do século XIX, que se deu com o fim do tráfico negreiro internacional (1850). A proibição intensificou o chamado tráfico interprovincial, que reconfigurou a sociedade maranhense, no que se refere à presença negra nos meios sociais.

Incontornável era a proibição do tráfico interprovincial, ponto na agenda de vários gabinetes, jamais efetivados. Províncias mal das pernas auferiam recursos com taxas de exportação sobre a escravaria: dos anos 1850 a 1881, transferiram-se 222500 cativos, ou 7200 por ano, para as roças do Rio de Janeiro, da Zona da Mata mineira e São Paulo. (ALONSO, 2015, p.241)

A elite maranhense era composta por uma minoria branca e letrada, que procurava ocultar parte da sociedade que era composta por negros e libertos pobres. Como evidencia Marcos Aurélio Santos Pereira, a imagem de uma sociedade extremamente escravista era “caricaturada em vários artigos de jornais de outras províncias do Brasil, que faziam representar a província maranhense como sendo sempre a mais atrelada ao escravismo, dentre todas as outras do Império brasileiro” (PEREIRA, 2007, p. 78). O modo de vida das elites do Maranhão se estruturou com base na escravidão, seja como um fator econômico, ou como um representativo de seu status social. Apesar da província possuir, em número de habitantes, uma maioria negra, os preconceitos sociais e raciais influenciaram diretamente na condição existencial dos cativos e libertos.

A escravidão foi, em sua totalidade, o fator basilar do perfil das relações sociais quanto ao prestígio e a exclusão social de pessoas no cotidiano da vida social, assim como, também, de conflitos que se processaram entre os escravos e os proprietários de escravos. A condição jurídica e o nível de renda das pessoas teceram uma hierarquia social, econômica e simbólica entre as mesmas, e expressava-se em sua diversificada experiência de viver: moradia, trabalho, vestuário e diversão. (PEREIRA, 2016, p. 54)

Ainda sobre a conjuntura social do Maranhão, Josenildo Pereira enfatiza a importância da presença de escravos para além de suas condições de trabalhadores. Não era uma característica restrita a sociedade ludovicense observar a posse de escravos como um artigo de vaidade para suprir seu ego elitista. Sobre o tema, o autor destaca que:

[...] Possuí-los para servir era um elemento de distinção social, bem como um dos critérios de acesso ao mercado de capitais da época. O fazendeiro maranhense que desejasse demonstrar opulência e desfrutar de alto prestígio social tinha que ser possuidor de numerosa escravaria, ainda que para isso se endividasse junto aos vendedores de escravos. (PEREIRA, 2006, p.34)

As camadas sociais precisavam de um palco para disseminar suas ideias e perspectivas sobre o ideal de sociedade modernizada. Percebida como um dos principais meios de comunicação, tendo em vista sua influência em relação a construção do pensamento, a imprensa ocupou importante posição de mediadora entre os interesses abolicionistas e os escravocratas.

A imprensa no Brasil oitocentista passava por um momento de transformações na sua produção, o que intensificou a cultura letrada, muito embora existisse outras maneiras de circulação das ideias propagadas pelos jornais, bem como as leituras coletivas dos impressos, que não raras vezes foram classificados como verdadeiros “motins” pelas elites. Ao se deter a análise do processo abolicionista a partir da imprensa, Pereira (2007) chama a atenção para o fato de que os jornais desse período possuem uma prática discursiva que resulta de um jogo de interesses e alianças entre públicos diversos, o que fez da imprensa jornalística um mecanismo de manipulação na construção do pensamento social no cotidiano.

2.1. As relações entre imprensa e abolicionismo

Como destacado no capítulo anterior, a imprensa do século XIX passou por um processo de transição na sua estrutura que englobou a introdução de novas narrativas, permitindo com que a mesma se tornasse a principal representante de públicos diversificados e seus anseios. Sobre as expressões em volta da imprensa oitocentista e suas narrativas, a utilização de termos como “imprensa negra” e “imprensa abolicionista”, funcionam como possibilidade de entendimento sobre questões que se referem ao público leitor, aos autores e os seus objetivos. Com isso, nos anos prévios a aplicação da Lei nº

3.353, as elites, não raras vezes, buscaram se aliar aos abolicionistas em prol de seus interesses individuais, políticos e econômicos, construídos sob o olhar da imprensa.

Em um curto panorama sobre os jornais maranhenses da segunda metade do século XIX, Johny Santana de Araújo ressalta a diversificação da imprensa do Maranhão, principalmente por ter em seus conteúdos questões literárias e políticas, embora os anos anteriores tenham sido caracterizados pela “vulgarização da linguagem” (ARAÚJO, 2015, p. 141). As mudanças na parte técnica dos jornais, contribuíram com inovações que acompanharam as modificações sociais, gerando otimismo por parte das elites e seu sonho de sociedade moderna.

Em São Luís, os costumes se alteravam de acordo com as novidades que chegavam da Europa, vindas com os navios. A cidade atualizava-se, pois já havia melhoramentos públicos. A imprensa fosse ela diária, semanal ou quinzenal, em junção com a política, a literatura e as artes, era o veículo apropriado para a demonstração dessas mudanças, mostrando tais modificações em suas colunas editoriais, literárias e no noticiário quase sempre atualizado. A existência de uma imprensa especializada não apenas em política, mas também nos fatos da vida cultural da província acolhia, na São Luís dos anos 60 do século XIX, as necessidades de uma sociedade em processo de modernização. (ARAÚJO, 2015, p. 146)

A implementação da imprensa na sociedade brasileira proporcionou o fortalecimento do letramento, ampliando o acesso às informações e novas perspectivas. Sobre esse aspecto, Joaquim Serra afirmava que o Maranhão era inquestionavelmente uma das províncias onde melhor se falava e escrevia o português. “Estuda-se a língua com seriedade ali, e é por isso que os literatos maranhenses são, antes de tudo, escritores de castigada e correta linguagem” (SERRA, 1883, p. 99).

O olhar não elitizado percebia São Luís como um espaço onde “os escravos recriavam a sua condição social indicando aspectos de suas formas de ler e viver o mundo” (PEREIRA, 2016, p. 60). Em análise histórica sobre a Província do Maranhão no contexto escravista e de controle social, Daylanna Lopes destaca:

O Maranhão esteve envolvido desde a colônia com a produção mercantil e escravista. São Luís, sendo uma cidade portuária e centro comercial, bem como a capital da Província, teve um papel importante nesse contexto e dinâmica. A partir dela, os escravos eram redistribuídos para as inúmeras fazendas localizadas no continente. (LOPES, 2016, p. 92)

A partir da imprensa do Oitocentos começamos a compreender os mecanismos que tornaram praticável o prolongado sistema escravista, bem como as possíveis reestruturações sociais e suas relações. Os escritos jornalísticos representavam boa parte da formação social maranhense e a partir disso se indaga sobre quem esses

jornais representavam, quais os seus objetivos e qual o seu posicionamento ideológico e político.

Os intelectuais-jornalistas que foram os interlocutores da elite ludovicense nos Oitocentos através de seus jornais e escritos, foram divulgadores do discurso ideológico de dominação e contenção de uma grande massa não só de escravos, mas de todos aqueles das camadas subalternas que poderiam ir contra os interesses de manutenção e justificativa da ordem escravista [...] a formação de estereótipos pela elite se tornou uma arma eficaz de dominação, o que por outro lado, demonstrava o medo de uma minoria branca. (FERREIRA, 2016, p. 192)

Os abolicionistas e as elites conservadoras travaram disputas que abrangiam relações de poder, a possibilidade de acesso do cativo à liberdade e com ela o seu direito à cidadania. A partir dessas disputas, fez-se necessário a ocupação de abolicionistas nos espaços de comunicação, muito embora desde 1833 o jornal *O Homem de Cor* (RJ) já se erguesse com o caráter de denúncia as condições de cativo e a discriminação racial, além de evidenciar a resistência e sonhos de liberdade dos negros. Com a campanha abolicionista, os jornais ganhavam novo alento para serem propagadores de publicações relevantes no que se refere a construção da representação nacional. Já não cabia à sociedade, sedenta por civilização, manter um sistema de segregação, ainda que esse fosse o desejo de grande parte das elites.

Quando se busca compreender a relação da imprensa com o movimento abolicionista, vale salientar que os posicionamentos não estavam totalmente definidos, tendo em vista que liberais e conservadores poderiam se aproximar nas suas ideias, pois ser liberal não garantia apoio a campanha abolicionista, bem como ser conservador não significava concordar com o sistema escravista existente.

A imprensa abolicionista aparecia com seu discurso pautado nos assuntos de interesse das populações negras, ainda que a composição dos redatores desses jornais não fosse unicamente de pessoas negras. Não raras vezes, jornais que se posicionaram enquanto abolicionistas, revelaram em seus escritos manifestações contra o fim do sistema escravista, reforçando anúncios de vendas de escravos, além de publicações contendo notas de repúdio à propaganda abolicionista.

Para garantir o sucesso do espetáculo, era preciso escamotear certos inconvenientes que não estavam no *script* de seu conservadorismo. O resultado era a negação da capacidade dos negros, em geral, e dos livres, em particular, de refletir com base em suas próprias experiências sobre os rumos da sociedade em que viviam. Os questionamentos que apareciam a torto e a direito denunciando o “preconceito de cor” não seriam mais que o fruto da manipulação de homens brancos astutos. (PINTO, 2010, p. 28).

As ideias abolicionistas tiveram grande aceitação no âmbito urbano, e como pontua a Emília Viotti da Costa, “o movimento abolicionista foi essencialmente urbano, mesmo quando se estendeu às senzalas, levando a insurreição às massas escravas com o intuito de acelerar as reformas necessárias.” (COSTA, 1999, p.330). A partir de 1860, o movimento passou a contar com fortes lideranças de homens negros como Luis Gama, que se propôs a defender judicialmente negros escravizados que a ele recorriam, além de atuar na imprensa. Gama se reconhecia como negro e colocava em evidência o quanto a escravidão e as questões raciais, se enlaçavam na construção da identidade social e cultural do Brasil. Os anos prévios a abolição configurou-se como um jogo de interesses políticos, essa movimentação, que apresentava um forte discurso de emancipação e de reforma política, colocou em pauta a escravidão, gerando relevantes aliados das elites para as sociedades abolicionistas.

O surgimento de um movimento abolicionista aguerrido e o paternalismo calculado de um imperador carismático podem ter sugerido aos negros que dias melhores estavam por vir. Mais ainda, os cativos presenciaram mudanças institucionais importantes nas duas últimas décadas da escravidão. O tradicional método de luta contra o cativo, consagrado pelo costume, de conseguir a alforria através da indenização do senhor se transformara em lei escrita — isto é, num direito dos escravos que não mais dependia da aquiescência dos senhores. (CHALHOUB, 1990, p. 180-181)

A imprensa abolicionista e a imprensa negra se consolidaram como expressão do movimento abolicionista, que surgiu em meio a um sistema escravista que era estrutural no modo de vida das elites e na construção de suas identidades. O abolicionismo caracterizado por Nabuco era representado como ato político com inúmeras urgências.

O abolicionismo, porém, não é só isso e não se contenta com ser o advogado *Ex officio* da porção da raça negra ainda escravizada; não reduz a sua missão a promover e conseguir - no mais breve espaço possível - o resgate dos escravos e dos ingênuos. Essa obra - de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar - da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores (NABUCO, 2000, p. 4)

A crítica à escravidão era ponto central dos debates nos espaços privados e públicos, logo, na imprensa maranhense. Havia um grandioso esforço para se pensar as relações de adequação das classes dominantes, com a liberdade dos negros escravizados, a partir deste ponto, a imprensa e seu poderio de manipulação, andavam de mãos dadas com as elites que não pretendiam se livrar de seus privilégios. Josenildo Pereira destaca:

Parte-se da premissa de que os articulistas desses periódicos (donos de jornais, jornalistas, colaboradores e editores) foram, a partir de suas relações com os comerciantes, os proprietários rurais e os escravos, protagonistas de estratégias apresentadas para solucionar o problema da quebra da relação entre a racionalidade ideológica escravista e a base social e política decorrente da decadência da agricultura mercantil. Não é demais reiterar que nenhum discurso apresentado acerca de determinados temas é neutro em relação às condições históricas vividas por seus sujeitos, uma vez que os mesmos se orientam por um filtro ideológico. No processo de leitura e análise das matérias apresentadas nos jornais, considerou-se que as palavras articuladas sob a forma de discursos incorporavam e expressavam visões sociais de mundo de pessoas concretas. (PEREIRA, 2009, p. 4)

O discurso da imprensa jornalística do século XIX, se configura como um mecanismo de compreensão das discussões e da circulação das ideias, ausentes em outros espaços e instituições, tornando-se viável a ampliação do debate no que se refere às necessidades e urgências sociais. Embasados nesses discursos, as ações abolicionistas, às vésperas da abolição, assimilaram que o olhar da sociedade escravocrata brasileira se dirigia aos negros com indiferença, nesse momento era preciso analisar as discussões partindo da noção das desigualdades raciais e sociais. Com base nos discursos que surgiram com a temática escravista, os perfis abolicionistas e emancipacionistas traçaram linhas diferentes em relação ao fim da escravidão, ainda que com o mesmo desejo de liberdade.

Começaremos por contrastar as propostas meramente ‘emancipacionistas’ – as que, embora advogando o fim da escravatura, buscavam alcançá-lo através de medidas graduais e paliativas – e as propostas ‘abolicionistas’ propriamente ditas, estas ancoradas na ideia de supressão imediata e radical da escravidão. De igual maneira, para levar adiante a compreensão dos matizes internos ao abolicionismo, é possível identificar um pensamento abolicionista mais conservador, que sustentava medidas de indenização aos senhores de escravos pelas perdas que estes pudessem vir a ter com o fim da escravidão, e um pensamento abolicionista mais radical, não apenas nos métodos preconizados para alcançar o fim da escravidão como na própria recusa em fazer concessões aos senhores de escravos. (BARROS, 2008, p. 200-201)

Em *Imprensa Negra do Brasil do século XIX*, Ana Flávia Magalhães Pinto coloca em destaque a participação de negros letrados na composição das redações dos jornais que surgiam como uma expressão dos interesses das populações negras. Como a autora evidencia, eram “jornais feitos por negros? para negros?” (PINTO, 2006, p. 25). Ao analisar os jornais a partir dessa estrutura, percebemos as motivações emocionais e pessoais que estavam contidas nos relatos apresentados no corpo textual dos jornais, além de atentar para a maneira como os cativos e libertos viam o sistema escravista.

Ao analisar uma imprensa jornalística pelo olhar abolicionista, percebe-se o distanciamento entre o imaginário construído pela elite e o olhar do negro sobre sua condição. Através dos jornais, diferentes formas de ver o negro na sociedade são identificadas. E, ainda que seja ressaltada a ideia de uma imprensa construída por negros letrados, cabe lembrar que os jornais com teor abolicionista não eram construídos unicamente por negros, bem como o seu público leitor.

Alguns jornais que surgiram na década de 1880 se ergueram com o posicionamento imparcial, mas com as disputas políticas acirradas a respeito do futuro do sistema escravista, grande parte dos periódicos assumiram uma postura acerca do fim da escravidão. Soa improvável um discurso se manter neutro diante do contexto histórico em que os sujeitos estavam inseridos. Sebastião Jorge atenta que “os jornalistas se caracterizavam pela ideologia e posições assumidas na política, daí o surgimento de uma imprensa doutrinária e combativa. O gênero dominante era o opinativo e a informação se reduzia a alguns artigos” (JORGE, 1987, p.10 apud RIBEIRO, 2017, p. 32).

Se posicionar politicamente poderia trazer riscos ou reforçar alianças. Adotar um perfil de oposição ao poder das elites, representava estar a par de possíveis ataques e perseguições, bem como o caso das censuras sofridas pelos jornais.

Quando a censura endurecia, fechavam o jornal, para em seguida, fundar um outro. Aí, os redatores, espertamente, traçavam uma linha editorial prometendo ordem e respeito. Não demoravam em mostrar a verdadeira face. O castigo era iminente. Esta queda de braço tinha pouca duração. Ganhava quem tinha mais força. O jornal fechava definitivamente. Era assim, que funcionavam os jornais em São Luís, naturalmente, com outros problemas que se estenderam até o final do século XIX. Mantinham uma relação complicada com o poder. Admirável é a coragem e a disposição dos jornalistas em cumprirem a sua função. Não se intimidavam. E sabiam que as consequências eram inevitáveis. Enfrentavam o governo e não desistiam de permanecer no campo de atuação. Procuravam agir com criatividade para continuar na luta. Os jornalistas expunham a sua integridade física e nada se constituía em pretexto para calar as ideias. Acreditavam na liberdade de imprensa e por ela se debatiam. (JORGE, 2006, p.83)

No Maranhão, a exemplo do que acontecia nas outras províncias, muitas pessoas recorriam a imprensa para demonstrar sua insatisfação e indignação com a então estrutura política e administrativa. Tinha quem se apegava aos periódicos como parceiros de campanha política, como ressaltado por Marco Aurélio Santos Pereira, que observa a participação de vários candidatos políticos na imprensa, como um meio de demonstrar suas ideias sobre variadas temáticas.

A imprensa periódica, como circuito de interatividade desempenhou uma função pedagógica importante na medida em que seus articulistas e colaboradores discutiam o tema, além de publicar matérias de jornais de outras províncias como do Rio de Janeiro e São Paulo. Importa não esquecer que discurso escrito é parte integrante da uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. (PEREIRA, 2006, p.189)

A relação da imprensa com as lutas antiescravistas promoveu um importante debate em torno das experiências vividas e das experiências percebidas, cuja análise feita por Edward P. Thompson caracterizou como “experiência humana”, onde o sujeito é observado como parte do contexto histórico. Alguns jornais que antes tinham suas páginas manchadas por ideais conservadores, na segunda metade do século XIX, com uma nova roupagem, passaram a dedicar mais espaços sobre o fim do sistema escravista. Embora a noção de liberdade para alguns estivesse reduzida à alforria, é pertinente lembrar que para muitos escravos a perspectiva era também de melhores condições de vida, bem como sua independência, no que correspondia ao rompimento com a dominação, além do desejo de concessão de sua cidadania.

Inserido nesse contexto, o jornal *Pacotilha* (MA) passou por um processo de reformulação na sua estrutura, o que se estendeu para as novas narrativas que, a partir de então, compunham o jornal. A imprensa do Maranhão circulou entre discursos conservadores, que visavam manter o sistema escravista, bem como por discursos baseados nos ideais abolicionistas. As classes dominantes fizeram da imprensa um verdadeiro mecanismo de defesa para os seus interesses políticos e econômicos, enquanto isso, os abolicionistas incorporaram o jornalismo como um ato de resistência, trazendo para a construção do pensamento individual e coletivo, as amarras sociais em que estavam cercados.

2.3. Os fundamentos do abolicionismo no jornal *Pacotilha* (MA)

No dia 30 de outubro de 1880, surgia no Maranhão a *Pacotilha: hebdomadário crítico e noticioso*, um jornal “sem opiniões”. Era a “imprensa a retalho, miúda, sortida e variada”, anunciava na primeira página. O jornal surgia sem redação identificada, o que permitia a colaboração das mais variadas personalidades, tendo como

requisito o desejo de ser “útil à humanidade”. Sua estrutura contava com notícias políticas, contos, romances, versos, anúncios e outros.

A Pacotilha, pequena humilde, bem-criada, cumprimentando a direita e a esquerda, tanto os ilustres membros do jornalismo – sem distinção de cor, política e de opiniões – como todos aqueles que tiverem a bondade de assiná-la e de lê-la. (*Pacotilha*, nº 1, 30 out. 1880, p.1).¹

O jornal *Pacotilha* (MA) surgiu em meio ao contexto da abolição, mas não estava necessariamente inserido como expressão da campanha abolicionista. Em 23 de janeiro de 1881, o jornal suspendeu suas publicações com a finalidade de realizar melhorias até o fim de março. Em abril, reapareceu sob outra perspectiva, com uma nova conjuntura, sendo então publicado diariamente e de maneira que pudesse corresponder dignamente aos desejos dos seus leitores. A redação do jornal contava com poderosos elementos, de forma que pudesse apresentar ao público maranhense um jornal que fosse merecedor da atenção geral, não só pela seriedade de sua direção e escolha de assuntos, mas também pela mocidade da assinatura, apresentava uma das edições. A tipografia da *Pacotilha* se exibia como a única de São Luís que empregava características americanas, a “mais perfeita de todas”, dizia o anúncio.

Em 13 de abril de 1881, a *Pacotilha* renascia com o subtítulo de *Jornal da Tarde*, ainda sem uma redação assumida. A nova estrutura do jornal contava com: *Colaboração, Publicações a Pedido, Correspondência, Anúncios* (Armazém, Teatro, Vendas, Compras, Aluguéis e outros), *Os Jornaes*, onde esse último apresentava as grandes manchetes dos jornais de outras cidades e países. A redação do jornal começou a sofrer perseguições, e em julho do mesmo ano, Victor Lobato se apresentou no jornal como redator da *Pacotilha* (MA), e colocou em pauta suas indignações a respeito dos ataques sofridos por manter duas profissões.

Victor Lobato era funcionário da província, trabalhava como *amanuense*, um termo utilizado para as pessoas que tinham por função redigir documentos na secretaria, além de proprietário e redator de jornais, como o *Actualidade* e *Pacotilha*. O duplo exercício de ofícios por Lobato causou repulsa em algumas autoridades, tendo em vista que os jornais funcionavam como mecanismos de denúncias e construção de pensamentos. Logo, soava ameaçador a criação de um jornal por alguém tão próximo dos

¹ Neste trabalho optou-se em realizar a atualização do português nas transcrições de periódicos, como forma de facilitar a compreensão do leitor e de evitar a utilização de termos em desuso.

debates políticos. Entre as várias funções desempenhadas por Lobato, os jornais *Diário do Maranhão* (MA) e *O Paiz* (MA), evidenciavam que o articulista da *Pacotilha* se destacou como membro da União Industrial Beneficente, secretário da Diretoria Geral dos Índios, integrante do Tribunal do Júri, entrou para o *Monte-Pio* que funcionava como uma instituição que recebia mensalidades dos servidores públicos, concedendo ao sócio o direito a pensão, quando necessário, e o auxílio em casos de doenças, além de atuar como diretor do Theatro São Luiz.

Em diferentes jornais, como o exemplo do *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, relataram as tentativas de censurar a redação do jornal *Pacotilha* por conta da sua dupla jornada. Sobre o episódio, Victor Lobato ressaltou em nota que “não há lei que proíba a um empregado provincial redigir qualquer jornal” (*Pacotilha*, nº 80, 13 jul. 1881, p.2). Além da *Pacotilha*, em 1883 *O Paiz* (MA) anunciava a circulação do jornal *Actualidade* (MA), de também propriedade de Victor Lobato. O pequeno impreso se destinava a esboçar a vida dos homens notáveis, sem distinção de classes, pois como o mesmo explicitava, não tinha filiação política e nem respeitava hierarquias.

Em 1886, o *Diário do Maranhão* anunciou o ingresso de Agrippino Azevedo na redação do *Pacotilha*, que iniciou sua vida na política como membro do Partido Liberal, defendendo a causa abolicionista e sendo um dos fundadores do Clube Abolicionista do Maranhão em 1886. Em manchete, o jornal *Pacotilha* declarava a participação de Azevedo na redação do jornal.

Nesta data passa a fazer parte ostensiva da redacção deste jornal, o nosso amigo dr. Agrippino Azevedo que sempre nos auxiliou com os bons officios de assíduo colaborador. Tomando parte mais ativa nesta redacção, esse amigo concorrera de certo para conseguirmos nosso *desideratum*, que é bem servir a causa pública, o alvo exclusivo dos esforços com que lutamos. Com a aquisição, que noticiamos, a *Pacotilha* não altera o seu programa, perfeitamente definido e vantajosamente sufragado na opinião, que a sustenta através de todas as dificuldades que sofre a imprensa entre nós. (*Pacotilha*, nº 79, 1 abr. 1886, p.3).

Além de compartilhar a redação do jornal com Victor Lobato, Agrippino Azevedo era advogado, integrou o corpo administrativo do *Cassino Maranhense*, sociedade musical, que possuiu vários estatutos, e contou com a presença dos redatores como parte da sua Comissão de Propaganda. Em 1888 foi eleito como deputado provincial e presidente da sociedade literária *Recreio Instructivo*. Evidenciou nas páginas de vários periódicos seu caráter abolicionista, como demonstrou em uma nota para a

Pacotilha sua satisfação pela sociedade *Libertadora Cearense*, que se alinhou ao discurso abolicionista, exemplo esse que Agrippino Azevedo desejou que se estendesse à realidade maranhense.

Levando em consideração todo o processo histórico da *Pacotilha*, a fim de melhor compreender a forma como a imprensa estava noticiando as relações entre os abolicionistas e as classes dominantes, será relevante fazer um pequeno recuo em algumas edições anteriores a 1888. A *Pacotilha* se posicionava timidamente, trazendo para as sessões dos jornais um caráter mais popular, onde eram lidas as diferentes manifestações sociais, que foi estabelecida como uma de suas características iniciais. Logo, as relações que colocavam em pauta a posição das classes dominantes em relação à escravidão, estavam em evidência na sessão de *Publicações a Pedido*.

Ao nos reportarmos ao ano de 1884, uma das publicações que compunha o jornal do dia 10 de outubro, apresentava o título *O Abolicionismo Revolucionário*, redigida pelo conservador Ricardo de Carvalho. A publicação demonstrou o quanto temiam os proprietários de escravos as manifestações abolicionistas que vinham ganhando cada vez mais apoio popular.

A abolição repentina do elemento servil é a grande preocupação nacional neste momento. A abolição repentina do elemento servil é o pesadelo do comércio. A abolição repentina do elemento servil é, pois, uma questão de interesse geral da pátria; uma questão política, uma questão de administração, uma questão econômica. A política, a boa política exige que, sem perda de tempo nem desperdícios de forças, a abolição revolucionária seja combatida e condenada pelo eleitorado (...). Animar a propaganda revolucionária na sua vertiginosa carreira: eis o que tem feito o atual ministério (...). É necessário agora tratar de não perder os capitais que restam e as vidas empenhadas nessa luta gigantesca contra o abolicionismo revolucionário do governo. (*Pacotilha*, nº 260, 10 out. 1884, p.2)

Ao analisar a edição de 1884, é possível compreender como funcionava a dinâmica do jornal e a forma como o mesmo apresentava as relações políticas. A *Pacotilha*, que surgiu com a proposta de imparcialidade, vez e outra teve seu perfil questionado devido aos ideais dos articulistas do periódico. Mas o jornal mantinha o posicionamento de demonstrar ambas perspectivas políticas e sociais a respeito do sistema escravista. Sobre isso, Josenildo Pereira pontua:

O jornal *Pacotilha* era, em relação aos outros jornais, o que menos publicava anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. No entanto, contribuiu na composição de um tipo referencial do futuro ex-escravo, tecendo conceitos a partir da acepção do escravo como uma mercadoria, pois em seus anúncios

esses eram apresentados quanto à idade como: negrinhas, moleques, preto moço, preta moça, preto/a e negra/ou de meia idade (PEREIRA, 2006, p.105).

Na mesma edição, já na página seguinte, o jornal surge com uma nota crítica aos escravocratas, cujo título da manchete era *Ao Corpo Eleitoral da Província*. No texto, o autor reforça que todo candidato que se mostra favorável ao escravismo, não é digno de seu voto. Ao citar nomes de personalidades escravocratas, que eram verdadeiros inimigos sociais, aparece o de Ricardo Carvalho, o mesmo que ocupava uma de suas sessões colaborativas.

A escolha de candidatos confessadamente escravocratas, como os srs. Gomes Castro, Ricardo Carvalho, João da Matta etc., é um perigo, que os que tem a peito o seu bem-estar futuro cumpre evitar. Os homens intolerantes, que nada querem conceder às exigências da civilização, do progresso da opinião pública. (*Pacotilha*, n° 260 10 out. 1884, p. 3)

Ainda que não fosse evidente a consolidação de um movimento abolicionista atuante dentro do jornal, não podemos negar a existência de grupos que deram voz ao combate do sistema escravista. Segundo Marcos Aurelio Santos Pereira para os senhores e proprietários de escravos, qualquer discurso com teor abolicionista era considerado com um “abolicionismo revolucionário”, mas o autor destaca que “tal tipo de abolicionismo foi inexistente no Maranhão, ao menos através da imprensa” (PEREIRA 2007, p.18).

Como apresentado, a *Pacotilha* a princípio adotava um posicionamento sem filiação política e tinha por objetivo ser um periódico popular, onde a população estava sendo chamada para expressar suas ideias em prol de um Maranhão civilizado. No decorrer de suas edições, segundo os ideais de seus proprietários, se consolidou com um caráter abolicionista e republicano. Sobre essas características do jornal, Josenildo Pereira observa que,

Os articulistas do *Jornal Pacotilha* introduziam no debate um novo elemento: o discurso racial. Por meio deste eles ratificavam a tese de inferioridade do africano em relação ao europeu e, por extensão do negro em relação ao branco. Com base nesse pressuposto, naquela conjuntura de decadência, os articulistas do jornal *Pacotilha* se diferenciavam dos outros por apresentarem os “argumentos científicos” que resolveriam o problema da crise. (PEREIRA, 2009, p. 8)

Em edições do ano de 1881, narrativas apresentadas nas páginas do jornal já colocavam em evidência que os proprietários da *Pacotilha* estavam voltados para os interesses abolicionistas, porém não era um fator determinante para estabelecer suas relações com as elites. O movimento emancipacionista ganhava espaço no cenário

maranhense com a criação do *Centro Emancipacionista*, que segundo a redação do jornal, despertava a sociedade maranhense de uma zona de conforto, totalmente passiva no que se refere as medidas tomadas pelo fim da escravidão.

[...] Foi fundada no Maranhão, uma associação abolicionista. Era realmente sensível a falta, que, quando todas províncias levavam seus contingentes para lavar-se essa mancha que nos degrada no estrangeiro – a escravidão – o Maranhão permanecesse estacionário ante esse movimento civilizador. A *Pacotilha*, amante como é de todas as liberdades, não pode deixar de cumprimentar afetosamente os membros do *Centro Emancipador*. (*Pacotilha*, nº 140, 28 set. 1881, p.2)

O *Centro Emancipador* apoiado pela redação, trazia em seu manifesto que a emancipação não deveria ser feita de maneira direta e gratuita, pois seus membros acreditavam haver uma necessidade de indenização aos proprietários de terra, por alegar que os mesmos estavam perdendo parte de sua fortuna, representada na figura dos escravos. Porém, ressaltava que havia uma urgência em integrar os libertos em uma sociedade que lhe dava o direito a educação, a fim de fazer com os mesmos “compreendessem sua nova posição de cidadão de um país livre” (*Pacotilha*, nº 140, 28 set. 1881, p.2).

Em algumas edições, a *Pacotilha* deixava claro seu posicionamento em prol do fim do sistema escravista. Sabe-se que o jornal surgiu com o caráter apartidário, cumprimentando ambos interesses políticos, porém, a redação era composta por personalidades que estavam inseridas em movimentações em prol do fim do sistema escravista, logo era uma característica que estaria evidente nas páginas dos jornais, ainda que de forma sutil nos primeiros momentos. Em uma de suas manchetes, expuseram que receberam por meio do *Centro Emancipacionista* um pedido a respeito das publicações jornalísticas:

Por parte do Centro Emancipacionista, recebemos, de uma comissão composta dos senhores Affonso Avelino Mendes, Pedro Freire e Antonio Pacífico da Cunha, um pedido para auxiliar a mesma sociedade, não publicando anúncios que prejudiquem a grande causa da abolição, tais como avisos de compra, fuga e vendas de escravos. Achando justa a pretensão, não podemos deixar de ceder a ela, fazendo votos para que o Centro Emancipador consiga o seu nobre *desideratum*. (*Pacotilha*, nº 134, 22 set. 1881, p.2)

Ao nos depararmos com as manifestações a respeito do processo da abolição, levanta-se o questionamento a respeito da forma como os próprios emancipacionistas se relacionavam com o sistema escravista. As imagens construídas a respeito do escravizado marcavam a sociedade ludovicense do século XIX, um imaginário que, não raras vezes,

afetou o pensamento dos próprios cativos. Soa no mínimo curiosa a forma como foi construída a noção de escravização para alguns, tendo em vista que os ideais de grupos como o do *Centro Emancipacionista*, tinham por objetivo recompensar os senhores de escravos pelos possíveis danos a economia devido a libertação dos cativos.

A *Pacotilha* com seu perfil supostamente imparcial, contou com um corpo colaborativo muito divergente. As *Publicações a Pedido* traziam consigo discursos que variavam do conservadorismo ao liberalismo, assinadas por seus respectivos autores. Os fundamentos abolicionistas contidos na *Pacotilha*, colocavam o público em alerta sobre a forma como o mesmo estava se relacionando com a causa abolicionista. Em 1884, o jornal *Carapuça: órgão de todas as classes*, trazia em suas páginas algumas indagações e observações sobre o jornal:

[...] A Pacotilha, porém, temos a fazer uma observação: - sendo abolicionista como é, o que não contestará, - como publica todos os dias uns cem números de anúncios sobre compras, vendas e fugas de escravos? Desejamos ver isto explicado para que não se diga que a Pacotilha é abolicionista e escravocrata ao mesmo tempo, o que é impróprio de quem tem caráter e bastante luz no espírito como, o simpático jornal da tarde. [...] ou bem escravocrata ou bem abolicionista. Ser ou não ser. Convém definir. (*Carapuça*, nº 9, 10 jul. 1884, p.3)

Josenildo Pereira (2006) ressalta que apesar do jornal anunciar fugas, compras, vendas e alugueis de negros escravizados, a *Pacotilha* se diferenciava dos demais por não demonstrar apoio aos senhores e a repressão dos escravos. A forma de noticiar era semelhante, porém o posicionamento era distinto.

A manchete *O abolicionismo no Brasil: edictorial do seculo, de Lisboa*, apresentava uma discussão referente as formas como estava sendo percebido o contexto escravista, destacando os seguintes questionamentos: As questões sobre a abolição são humanas, ou não humanas? São questões de progresso e de reação? Questões de liberdade e de tirania? Questões de civilização e de retrocesso? Ou, selvageria? “O que é ser escravo?” – Questionava a manchete, que em seguida deu uma resposta que percebia o negro escravizado com um olhar humanizado – “Um homem, e, como tal, com direitos e deveres, mas a constituição nem sequer d’ele se ocupou”. Manchetes como essa, caracterizavam uma perspectiva que via o negro como alguém que teve o seu direito de experiência humana cidadã negada.

Como é então que a escravatura se consente? Como é que uma nação livre – na frase de Joaquim Nabuco – permite que uma população de 10 milhões de habitantes permite impunemente que um milhão e quinhentos mil homens vivam perpetuamente acorrentados no pelourinho da ignorância, a mercê dos senhores, que os mandam chicotear, quando isso lhes apraz, sem direitos, sem liberdade, e sem os foros de cidadão? (*Pacotilha*, nº 39, 11 fev. 1884, p.2).

A partir da análise feita sobre o perfil da *Pacotilha*, o que se pode compreender é que o mesmo começou a evidenciar em suas páginas, um discurso que se demonstrava favorável a abolição. Apesar de não se configurar como parte da imprensa abolicionista, o jornal sofreu duras críticas por conta da forma como manifestou seu apoio ao fim do sistema escravista, causando grande confusão no pensamento do público leitor. Apesar de seu caráter supostamente imparcial, o jornal em muitos momentos se mostrou favorável ao fim do sistema escravista, porém, a forma como demonstrou seu favoritismo se diferenciava dos jornais que tinham uma postura assumidamente abolicionista, que censurava qualquer manifestação que pudesse reforçar o sistema, bem como os anúncios de vendas e compras, como a divulgação de fugas dos escravizados.

Torna-se pertinente lembrar que o jornal trazia para o pensamento uma nova noção de escravidão para a sociedade ludovicense, evidenciando que o sistema precisava ser combatido, mas que também era preciso atentar para a condição social futura dos libertos. Baseado nesse ideal, o capítulo seguinte se preocupa em analisar a repercussão da abolição nesse impresso, bem como as expectativas que estavam sendo criadas a respeito do fim da escravatura. Os anseios para o futuro da nação estavam presentes nos debates entre as classes dominantes e as camadas sociais baixas.

3. A REPERCUSSÃO DA ABOLIÇÃO NO JORNAL *PACOTILHA* (MA)

“Queremos a abolição do escravo dentro do prazo de 5 anos, contados de 1886.”

(Pacotilha, nº1, 3 jan. 1887, p.3)

Os capítulos anteriores contextualizaram o momento histórico em que os jornais colocaram em debate o futuro do país, com destaque para as discussões acerca do sistema escravista. A *Pacotilha*, como jornal que buscou um perfil aparentemente imparcial, trouxe para a sociedade ludovicense novas narrativas e pensamentos, e uma evidente discussão que mostrava os embates entre abolicionistas e escravocratas. A década de 1880 trouxe consigo os anseios de liberdade de uma camada social que, até então, tinha sido predestinada às amarras de um sistema que buscava deslegitimar sua liberdade e mesmo sua humanidade.

Nesse momento, a campanha abolicionista já era realidade em províncias como o Ceará e Amazonas, que tiveram seus feitos exaltados pelos articuladores da *Pacotilha*. Em 1884, o jornal trazia a manchete *O Ceará livre*, e evidenciava seu apoio ao fim da escravidão.

Foram indescritivelmente ruidosas, brilhantes e cheias de entusiasmo febril as festas realizadas no Ceará no dia 25 de março último para solenizar a libertação total da gloriosa província, a primeira que deu solução prática ao problema eternamente debatido da extinção do elemento servil. E o motivo que determinou tamanha explosão de júbilos não podia ser nem mais justo nem mais elevado. Tratava-se de acabar de uma vez com essa infâmia – a escravidão – que tanto nos envergonha em face de civilização do século

[...] escreveu, pois, o Ceará a página mais luminosa da nossa história, a única por onde os vindouros saberão um dia que, por entre o desmoronamento das nossas instituições e dos nossos costumes, surgiu um apanhado de homens, grandes como os deuses de Homero, entoando o poema da Justiça. (*Pacotilha*, nº 88, 2 jan. 1884, p. 3)

A partir da análise de impressos no período de 1887 a 1889, mas considerando os eventuais recuos no histórico da imprensa, este capítulo busca

compreender como a sociedade maranhense, a partir do mencionado periódico, reagiu ao abolicionismo, tendo em vista que a imprensa jornalística foi um agente de propagação dos discursos e debates sobre a temática, entre as mais variadas personalidades.

3.1. Entre transcrições e publicações a pedido: os momentos finais do sistema escravista no jornal *Pacotilha*.

Ao longo de sua história, a *Pacotilha* passou por um processo de modificações na sua estrutura, de forma a apresentar nas suas páginas novas colunas, com diferentes discursos, objetivos e públicos. Em 1887 o jornal contava com as seguintes seções: *Telegramas*, *Pacotilha*, *Diversas Notícias*, *Anúncios* e *Folhetim*. Com circulação diária, articulistas e colaboradores do jornal se tornaram os principais propagadores das discussões abolicionistas. As proximidades do ano de 1888 intensificaram os conflitos sociais, embalados entre gritos de resistência e sonhos de liberdade, acerca desse contexto, é pertinente ressaltar o protagonismo negro no processo de abolição.

Como destaca João Paulo Barbosa, o conjunto de imagens construídas a respeito do negro escravizado “reproduziam identidades sociais que traziam impactos para a vida social. O negro passava a ser visto também a partir do filtro dado pela imprensa” (BARBOSA, 2016, p. 183). Com isso, para além de se compreender a forma como se moldava o pensamento das elites, é importante a percepção do negro escravizado e liberto como seres que tinham consciência de sua condição social. As modificações que aconteceram na imprensa, permitiu com que novas narrativas fossem construídas através dos jornais, com isso, parte do jornalismo maranhense compreendeu a escravidão como um mal que deveria ser extirpado. Os meios do combate utilizados vieram através dos discursos.

São evidentes as mudanças que aconteceram na forma como o jornal *Pacotilha* passou a construir suas abordagens. À medida que se intensificavam as discussões acerca da escravidão, a redação começava a desenvolver mecanismos que manifestavam suas ideologias, que já se faziam presentes em seus discursos. Algumas alterações ocorreram nas *Publicações a Pedido*, por exemplo, onde circulavam as mais diversas ideias e discursos políticos. Diminuiu a frequência com que aparecia a coluna nos impressos. Em seguida, pode-se destacar que a seção destinada à reprodução de

manchetes de outros periódicos, que tinha por título *Os Jornaes*, passou a se apresentar como o espaço de *Transcrição*.

Os debates sobre o abolicionismo e o futuro dos cativos começaram a tomar maiores proporções à medida que as grandes províncias compreendiam sua importância. Além de considerar o fim do elemento servil como um sinônimo de progresso para a construção de uma sociedade moderna, as notícias que vinham de outros países colocavam em questionamento a forma como o sistema escravista ainda estava muito presente no cotidiano do Brasil. O jornal *Pacotilha* com sua seção *Transcrição*, buscou em variados momentos, destacar os discursos que estavam sendo construídos em diferentes jornais, bem como compreender o espaço social de onde os mesmos falavam, principalmente ao que se refere às elites políticas. A seguir, um breve recorte da manchete do dia, da coluna *Transcrição*, com o subtítulo *Semana Política*, sob a redação da *Gazeta da Tarde*.

Em toda parte do mundo os governos sentem que os passos da miséria, que se aproxima, abalam os fundamentos das instituições. Entre nós a própria miséria é o melhor sustentáculo da monarquia. Exigem os estadistas que não ataque a escravidão, porque é ela a base do nosso credito, por ser o fator real da produção. Mas tornar a vida de um povo dependente da escravidão, é prepararlhe premeditada e lentamente a ruina, mas a ruina fatal, absoluta. A escravidão, como as epidemias pode poupar as classes abastadas da sociedade, pode não levar a desolação a estas, mas nem por isso deixa de ser uma calamidade pública, uma fonte envenenada em que as nações bebem a morte. (*Pacotilha*, nº4, 7 jan. 1887, p. 2).

Ainda sobre a mesma transcrição, a redação do *Gazeta da Tarde* se direcionava ao imperador e sua relação com os interesses partidários:

O imperador tem certeza de que tudo lhe é permitido, exceto decretar a abolição da escravidão [...] os partidos sabem que o imperador precisa de respeitar os interesses deles, e tanto que atualmente não lhes leva a mal nem os assomos de sobrançeria descortês. O país entrou em liquidação. (*Pacotilha*, nº4, 7 jan. 1887, p. 2)

As manchetes que compunham o corpo das colunas de *Transcrição* traziam nos momentos prévios a 1888, um discurso de ênfase sobre o apelo social pelo fim do sistema escravista, mas colocava em destaque principalmente aqueles que se mostravam contra o fim do elemento servil. Além disso, se tornou um mecanismo de ataques e

defesas, bem como de alianças e rupturas entre os interesses estabelecidos. O *Diário da Bahia*, transcrito na coluna do jornal *Pacotilha*, ressaltava que:

Chega um dia em que ingente e vigorosa inspiração domina a inteligência do país, um plano grandioso ensina o caminho desconhecido da prosperidade e da luz. Era preciso primeiro que tudo extinguir a escravidão do negro, porque ela, como as serpentes de Laocoon, enlaçavam ao branco os músculos e estalava os tenros ossos à prole condenada [...] Por mais penoso, por mais difícil que fosse a reparação, a escravidão era um crime para o país, e um crime suprime-se, não se reforma. (*Pacotilha*, nº 37, 14 fev. 1887, p. 2)

Em 1887, a *Pacotilha* relatou um conflito entre abolicionistas e a oposição ocorrido no Rio de Janeiro, o que demonstrava que as relações entre o poder político e o movimento pela emancipação estavam cada vez mais em discrepância.

A reunião abolicionista, na qual tomavam parte mais de 1,000 pessoas, e que se efetuava no teatro desta cidade, foi bruscamente interrompida por grande grupo de capangas que invadiu o teatro e, disparando tiros de revólver e de garruchas, pôs tudo em desordem e confusão. Alguns cidadãos foram gravemente feridos pelas balas dos sicários (...) esta façanha tinha por objetivo assassinar a Carlos Lacerda – chefe abolicionista. (*Pacotilha*, nº43, 21 fev. 1887, p.3)

Os jornais estavam envoltos por uma extensa rede de conflitos sociais, políticos e econômicos, e carregava consigo a necessidade de um processo de construção de sociedade modernizada. Em 1886, alguns periódicos já estipulavam um prazo para se findar a escravidão, como mostrou a manchete que inicia este capítulo. Como observado no capítulo anterior, o jornal *Pacotilha* já vinha construindo uma rotina de publicações que conversavam tanto com o público escravocrata, quanto com o público que almejava a liberdade dos escravizados. As colunas com discursos mais enfáticos a respeito do sistema escravista, correspondiam às *Publicações a Pedido* e a *Transcrição*.

Uma observação feita a partir das análises das duas seções é que a primeira coluna funcionava como um espaço destinado as mais diversas manifestações, seja com teor abolicionista ou escravocrata, enquanto a segunda parecia representar os posicionamentos políticos e sociais da redação do jornal. Essa observação se deu por conta da coluna *Transcrição* ser um espaço destinado a destacar os principais fundamentos de outros jornais. Dessa forma, cabia à redação evidenciar qual discurso iria estampar em seus jornais. Por volta de 1886, além das colunas, os jornais tinham manchetes em espaços soltos (fora de uma seção específica), que continham textos sobre variadas temáticas, principalmente a relação das elites políticas com as causas

abolicionistas. Os articulistas da imprensa maranhense viram nos jornais a possibilidade de intervir no debate sobre a abolição, explícitos principalmente nas colunas de colaborações e matérias transcritas dos periódicos de outras localidades.

O ABOLICIONISMO E O GOVERNO - Deu-se em Campos, na província do rio de janeiro, um fato gravíssimo, de que vamos dar conta aos leitores, transcrevendo da Gazeta da tarde os telegramas e considerações que publicou a respeito [...] O comendador Carlos Lacerda chefe da propaganda abolicionista em Campos, telegrafou em 30 de janeiro ‘A população está indignada, chegou aqui o escravizado Fernando, surrado, acorrentado, trazendo ferros ao pescoço e nas pernas. O clube abolicionista tomou a proteção do infeliz. Peço providências a imprensa’. (*Pacotilha*, nº 43, 12 fev.1887, p. 2)

Cabe lembrar que a imprensa não era apenas um meio de denúncia às condições de cativeiro, mas agia como forte aliada das elites. A princípio, as pautas da imprensa não se preocupavam em discutir a temática da escravidão de forma tão enfática como nos anos prévios a 1888, e por diversos motivos, a preocupação com o futuro do sistema escravista passou de maneira silenciosa entre as elites. Alguns alegavam que o fim da escravidão ocasionaria um declínio na economia, outros se recusavam a pensar na ascensão do negro como cidadão. Todo o contexto de silenciamento quanto à abolição se insere em um histórico de desumanização de indivíduos escravizados, que em seu cotidiano travaram embates e tensões, construindo novas narrativas a respeito de suas próprias histórias.

As manchetes estampadas com o intuito de evidenciar os anseios da sociedade brasileira a respeito da escravidão demonstravam o atraso social e a resistência das elites em juntar forças com os abolicionistas. Em novembro de 1887, a *Pacotilha*, por meio da transcrição do jornal *O Paiz*, alegou que “era urgente a solução do problema da escravidão, porque o governo não tinha meio de garantir aos próprios fazendeiros a sujeição de escravos.” (*Pacotilha*, nº 294, 14 nov. 1887, p. 2).

Outra característica encontrada a respeito das mudanças e continuidades ocorridas no jornal *Pacotilha* se deu em relação aos anúncios de fugas, que geraram em suas primeiras edições um olhar de dúvida a respeito do teor abolicionista contido nos jornais. As notas sobre as fugas de escravos da *Pacotilha*, diferente do que acontecia em outros periódicos, não carregavam um caráter de apoio às perseguições sofridas pelos negros escravizados fugidos, pelo menos não de forma direta. Porém, divulgar as fugas,

consideradas pelos abolicionistas como atos de resistência, não iria de encontro com os ideais de libertação.

É válido salientar que o jornal, como visto, de circulação diária, precisava de recursos financeiros para se manter, logo, o acúmulo de capital se dava através das assinaturas e das publicações requisitadas por terceiros, entre elas vendas e anúncios. Por isso, a *Pacotilha* traçava um duplo trajeto ideológico, até mesmo motivado pelo seu caráter hipoteticamente imparcial, ainda que seus articulistas fossem assumidamente abolicionistas. Em 1887 o jornal ainda apresentava em suas páginas anúncios de fugas dos escravizados.

ESCRAVO FUGIDO. Fugiu no dia 3 da corrente, o escravo da exma. Sra. D. Simphorosa Aurora de Moura, da Therezina, de nome Modesto, preto, moço, baixote, delgado; vestia calça e camisa de riscado já muito usadas tem ao pescoço marca antiga de escrôfula e é pedreiro [...] quem capturar é favor entregá-lo no armazém do sr. José Joaquim Lopes da Silva & Filho a rua da Estrela onde será generosamente gratificado. Maranhão 5 de janeiro de 1887. (*Pacotilha*, nº 3, 5 jan. 1887, p. 3).

Embora a *Pacotilha* continuasse com as publicações feitas a pedido, onde, não raras vezes, os discursos estavam inseridos em um contexto escravocrata, o jornal ludovicense buscou evidenciar em suas colunas colocações que compreendiam a escravidão como um sistema a ser combatido. Além disso, passou a transcrever manchetes que denunciavam as relações abusivas das classes dominantes com os escravizados. Destaca-se uma das seções de *Transcrição* da *Pacotilha*, de autoria de Joaquim Nabuco, expressa no jornal *O Paiz*, que ressaltou as atitudes de policiais em relação aos fugitivos:

Em virtude de que lei?

Em virtude de que lei manda o governo a força pública atirar sobre pessoas suspeitas de serem escravos fugidos? Qual é o mecanismo moral da ordem de disparar sobre escravos fugidos e de matá-los? Eu gostaria que alguém me respondesse a essas perguntas.

Qual é a lei que autoriza o governo a mandar cercar e matar em caminho esses infelizes? Se é porque o escravo é uma propriedade, qual é a lei que manda destruir a propriedade por amor ao direito de propriedade?

Se o governo mata na fuga os escravos dos fazendeiros não contraem a obrigação de indenizá-los de sua propriedade destruída?

[...] É um meio singular este de manter a escravidão matando os escravos, mas se diz que esse é o único meio eficaz de o fazer, porque assim se impedem novas fugas e se restabelece a autoridade moral do senhor.

[...] O abolicionismo, porém, qualquer que seja o desenvolvimento da tragédia nacional, ficará sempre fiel a sua bandeira, e nunca a enrolará para deixar os

escravos que fogem entregues sem testemunhas e sem defesa a um governo que só lhes deixa a escolha da morte: pelo vergalho do senhor ou pela bala da força pública.

- A causa do escravo é divina; o que ele sofrer por sua liberdade não aproveitará somente a sua raça, aproveitará aos filhos de seus senhores, os seus mártires serão um dia os nossos, santos, os seus órfãos serão um dia os filhos de nossa pátria comum, são eles que estão com o direito, com a verdade, com a justiça, com o futuro do Brasil, com a unidade moral da América, com a universalidade da consciência humana. (*Pacotilha*, nº299, 19 nov. 1887, p. 2)

Sobre as manifestações insufladas pelas classes dominantes, uma das manchetes, com título *Tópicos do dia*, apresentou as medidas que estavam sendo adotadas a respeito dos movimentos em prol do fim do trabalho servil.

PACOTILHA – Tópicos do Dia.

O governo pede a seus amigos que promovam nas províncias manifestações contrárias a qualquer reforma da questão servil;

O senhor presidente do conselho insinua aos deputados e senadores (que se despedem com a sardônica frase: até para o ano) que arranjem representações nas quais se diga ser o supremo ideal de todos a manutenção do cativo, a permanência do status-quo. (*Pacotilha*, nº287, 7 nov. 1887, p. 2-3).

Logo abaixo, a manchete *Trabalho Livre* demonstrou o quanto era favorável e positiva a postura do trabalhador liberto.

O sr. visconde da Silva Figueira, abastado fazendeiro da província do Rio de Janeiro, escreveu ao senador Dantas a seguinte honrosa carta:

Permita-me v. exc. que eu, no intuito de fornecer a v. exc. um exemplo prático dos resultados que tenho colhido com a libertação total dos meus cativos, tome a liberdade de dirigir-me ao eminente brasileiro, ao distinto patriota, chefe do gabinete 6 de junho, e cujo nome da história pátria é um florão de diamantes no meio da escuridão que nos cerca.

Em 15 de julho de 1885, libertei 201 cativos e nunca, apesar de os tratar da melhor forma possível, tive a minha lavoura em tamanho pé de adiantamento como agora.

Os libertos trabalham melhor do que no estado anterior, com satisfação e são, por assim dizer, novos amigos que adquiri. E como este resultado pode servir de base ou de argumento a v. exc., aqui o externo.

Com súbita estima, etc., etc. – Visconde da Silva Figueira. (*Pacotilha*, nº287, 7 nov. 1887, p. 3)

As elites do Maranhão da década de 1880 tiveram sua atenção voltada para os últimos acontecimentos que, sabidamente, iriam modificar a estrutura econômica do país, bem como as estruturas sociais. A princípio, o que estava em voga eram os desejos de liberdade dos negros em situações de cativo, onde pouco se discutia o futuro dos ex-escravizados. Os principais questionamentos que surgiram ao longo das leituras dos

jornais foram: quais as condições sociais em que os recém libertos seriam inseridos? Quais as expectativas das classes dominantes para o fim do sistema escravista? Essas indagações surgem juntamente com a emergência de se compreender de que forma a imprensa maranhense elevou seu discurso em prol do fim do sistema escravista.

Desde os primeiros exemplares do jornal *Pacotilha*, as elites já deixavam claro o seu posicionamento a respeito da abolição, que até então era percebida como uma medida improvável de acontecer. Os momentos prévios a 1888, observou as elites divididas, onde uma parcela resistia sem hesitar, e reforçava o quanto o fim do sistema escravista era prejudicial e incoerente para a realidade do país, enquanto outra parte buscou se aliar ao movimento abolicionista, alegando a medida como uma forma de se construir uma sociedade em estado de progresso. Várias personalidades das elites buscaram negociar a libertação de seus escravos, alegando que a liberdade dos cativos prejudicaria o andamento de suas produções, logo era necessário haver uma indenização pelo dano causado.

A campanha abolicionista ganhava adeptos com bases nas mobilizações das sociedades abolicionistas, bem como através da imprensa engajada, que proporcionou ao movimento maior disseminação de suas ideias e espaços de atuação. Durante a década de 1880, muitas associações de caráter abolicionistas surgiram no país, nas mais variadas localidades. A autora Wlamyra Albuquerque ao analisar os movimentos sociais abolicionistas, destaca a relevância da imprensa na construção do pensamento, tendo em vista o funcionamento da mesma como um meio de comunicação combativo. “Por meio dessa imprensa engajada era possível conhecer mais sobre debates parlamentares, negociações palacianas, meetings, saraus, espetáculos teatrais, entregas de cartas de alforria e demais ações da agenda em prol da liberdade.” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 350).

No Maranhão, algumas associações, de grande prestígio na sociedade ludovicense, surgiram em combate ao elemento servil, a exemplo, o *Club Artístico Abolicionista Maranhense* que se destacou como um órgão de defesa pela liberdade, estimulando atos de resistências dos escravizados, exercendo influência, inclusive, no modo de pensar do corpo social da cidade de São Luís.

LIBERDADE. Aos membros do Club Artístico Abolicionista Maranhense;

Avante, abolicionistas nessa cruzada brilhante! Oh! Grandes, nobres Artistas, não trepideis um instante! A pátria de vós reclama todo amor que se inflama em vosso peito que clama contra esta mancha aviltante.

Uni-vos todos, senhores em um grupo inexpugnável, combatei os vis horrores da – escravidão – detestável. Lutai com valor direto que nas lutas do intelecto há de ficar abjeto o pensamento execrável!

[...] que triste passado temos no nosso país natal!! De cada lado só vemos negros fantasmas do mal! Daqui – nobre abastado, da lei de Deus afastado, martiriza o – escravizado – com seu poder infernal.

[...] Que importa que a maior parte dos homens da nossa terra – escravagistas por arte – vos mova tremenda guerra? Que importa?... Segui, obreiros da liberdade, altaneiros, que em vossa ação de guerreiros muito heroísmo se encerra.

[...] Seja, senhores, portanto, vossa divisa – União, para enxugar esse pranto que chora hoje a Nação! Protegeei a orfandade, vós que sois a caridade, promovendo a – Liberdade – D’um povo que é nosso – Irmão. 28 de julho de 1887 – O. Castro. (*Pacotilha*, nº 185, 29 jul. 1887, p. 2)

Além do *Club Artístico*, vários outros grupos antiescravista surgiram no Maranhão na década de 1880, desenvolvendo propagandas que buscavam alinhar os pensamentos das elites às causas abolicionistas. Segundo Wellington Barbosa dos Santos (2008), os principais grupos de destaque nos jornais foram: *Sociedade Abolicionista*, *Os Apóstolos da Liberdade*, *Sociedade Emancipadora Maranhense*, *Club Libertador Maranhense*, *Centro da Amizade* e *O Centro Emancipador*. Esse último ganhava destaque por observar a abolição como um caráter civilizador para a nação.

MANIFESTO DA SOCIEDADE ABOLICIONISTA. Centro Emancipador – Ao povo maranhense

Em face da propaganda abolicionista, que se tem desenvolvido no Sul do Império nestes últimos anos, temos – os maranhenses – nos conservado silenciosos, da mesma maneira porque o fizemos quando a ideia da emancipação dos escravos apareceu como meio de chamar para o Brasil as simpatias do estrangeiro durante a guerra com o Paraguai e posteriormente quando o Visconde do Rio-Branco, cuja perda a pátria ainda deplora, conseguiu obter do parlamento a lei de 28 de setembro de 1871, o passo mais decisivo que temos dado no caminho do progresso e da civilização.

[...] Vê-se bem, pela transformação que fez a última lei eleitoral, do liberto em cidadão, que a ideia da propriedade crua e áspera vae, felizmente, sendo substituída pela compreensão do homem, embora agrilhado por uma fatalidade social. O Centro Emancipador esforça-se por ser o interprete d’estes sentimentos e destas ideias. (*Pacotilha*, nº 140, 29 set. 1881, p. 2-3)

Em alguns relatos, os articulistas do jornal *Pacotilha* solicitava às associações que levassem até a câmara dos deputados gerais, um representante do Maranhão que tinha consciência da causa emancipadora. O nome que surgiu como principal representante foi o de Joaquim Serra, grande personalidade do jornalismo. Com isso, os grupos

aboliconistas ressaltam uma sociedade maranhense que não se mostrou exclusivamente passiva aos discursos escravocratas das elites, embora as alianças das classes dominantes com a imprensa fossem os principais influenciadores do pensamento de uma época.

Em 1887, o jornal *Pacotilha* intensificou seus debates sobre a abolição total da escravidão, pontuando em seus periódicos as repercussões do movimento entre as elites. O jornalismo passou por um contexto dualístico, onde observou o histórico da escravidão sob o olhar conservador escravocrata e pelo movimento abolicionista. Com isso, a imprensa foi percebida como o mecanismo de comunicação que possibilitou um discurso que poderia, ou não, justificar a escravidão. Em uma de suas colunas, a *Pacotilha* publicou um desejo que, não raras vezes, foi difundido pelas classes dominantes.

BOLETIM PARLAMENTAR – Do dia 3 de agosto

Na sessão de ontem, na câmara, antes da ordem do dia, o sr. Alvaro Caminha, tratando de negócios do Ceará, leu uma série de acordos da relação daquela província, para provar que aquele tribunal é mais partidário do que justiceiro.

Depois a câmara reelegeu a sua mesa e adiou a 3ª discussão do orçamento da guerra.

No senado, continuou a discussão do requerimento do sr. Dantas, pedindo explicações a respeito dos avisos expedidos pelo sr. ministro da agricultura, relativamente a matricula de escravos.

Respondendo ao discurso do sr. ministro da fazenda, orou o sr. Dantas, que, combatendo os avisos por inconstitucionais e ilegais, mais uma vez firmou as suas opiniões abolicionistas, e censurou o governo por querer obrigar a magistratura a transgredir a lei de 28 de setembro de 1885, para servir os interesses dos escravocratas, que querem fazer voltar ao cativo os libertos em virtude daquela lei.

A discussão ficou adiada pela hora. (*Pacotilha*, nº 213, 24 ago. 1887, p.3)

A *Pacotilha*, como jornal engajado nas causas abolicionistas, alinhou o seu perfil antiescravista aos movimentos jornalísticos que aconteciam em outras províncias. A exemplo, sua seção de *Transcrição* que em inúmeros momentos foi voltado para o debate da escravidão, ressaltando a condição do negro escravizado, bem como, a crença de que o atraso do país se dava por conta do sistema escravista. Como pontua Régia Agostinho da Silva, os articulistas do jornal *Pacotilha* tinham por objetivo despertar a província maranhense, para que a mesma pudesse sair do atraso social “que fora legado dos mesmos antepassados, que se ‘orgulhariam’ do fim da escravidão feito por seus ‘descendentes’. Descendentes estes que ainda viviam à custa da escravidão.” (SILVA, 2013, p. 79).

A intensa divulgação do abolicionismo no jornal *Pacotilha* fez parte da sua redação desde a aplicação da lei nº 3.270, em 1885, conhecida como a Lei dos Sexagenários. Ainda que a lei tenha tido relativo efeito prático, trouxe uma situação de alerta aos proprietários de escravos, que por sua vez se mostraram resistentes à medida implementada. É válido destacar que a não sujeição dos negros escravizados aos seus senhores gerou um temor nas classes dominantes, que não por outra razão encaravam os movimentos de emancipação como um mal que deveria ser combatido, tendo em vista que a escravidão era a base que sustentava toda a estrutura administrativa do país. Mas, para cada ato de repúdio ao fim do sistema escravista, houve manifestações comandadas pelos escravizados, se opondo à permanência do cativeiro. Parte desse embate foi retratado nos jornais maranhenses, por meio dos anúncios de fugas e outras reações dos escravos.

Na década de 1880, ou seja, em um contexto de transição do trabalho servil para o trabalho livre, o abolicionismo foi destacado pelo jornal *Pacotilha* como uma modificação que precisava se estender para todo o território brasileiro. Observou o periódico que o processo de substituição da mão de obra escrava pela imigrante seria eficaz para sanar possíveis danos econômicos.

PACOTILHA – A IMIGRAÇÃO. Em um período de transição para o trabalho livre, como o presente, e em que o desfalecimento da principal fonte de renda do país, atesta todos os dias a diminuição de braços, mal se compreende a resistência da parte do governo às medidas que tendem a alargar mais a corrente de imigração.

[...] Em um país como o nosso, em que os recursos naturais não escasseiam e a facilidade relativa de vida fará com que esta convicção não se opere com prontidão no ânimo dos libertos, é presumível, com todo o fundamento, que passe a lavoura por angústias horríveis com a ausência destes fatores da produção, si outros trabalhadores não vierem trazer o contingente de suas forças em substituição dos que se retiram.

Realizada a reflexão, porém, no espírito dos libertos, um prejuízo, até certo ponto justificado, servirá com certeza de barreira para que eles voltem ao antigo estabelecimento. É a lembrança do passado, o espectro do cativeiro, que lhes surgirá a cada momento ante os olhos, quando tiverem de ser admoestados pela indolência e faltas cometidas no trabalho. (*Pacotilha*, nº 168, 10 jul. 1887, p. 2)

Além disso, na mesma manchete, a redação do jornal tratou de compreender o posicionamento dos futuros libertos em não se submeterem, após concedida sua liberdade, ao mesmo trabalho que os manteve durante anos em situação desumana. Ainda na coluna intitulada *A Imigração*, destacou a posição do norte diante do contexto.

[...] A presença dos mesmos indivíduos, embora com outros direitos, livres inteiramente, fará de algum modo com que o antigo senhor se esqueça da condição deles de hoje e na maioria dos casos se lhe apresente ao espírito a condição em que viviam até ontem.

O liberto terá necessariamente este pressentimento, e por maneira alguma quererá continuar a viver livre, onde por anos vivera escravo.

Urge aumentar, avolumar e acelerar a corrente de imigração, espraiando-o por todo o país, e para que isso se realize é necessário que o governo facilite por todos os meios a vinda do braço estrangeiro, que só, poderá poupar a nossa indústria agrícola os maiores reveses.

A imigração até hoje recebida no império só tem aproveitado as províncias do sul, algumas das quais, por conta própria, têm tratado de chamar os imigrantes para o seu seio.

O norte está inteiramente desprovido d'esses braços, que, além do trabalho com que concorrem para o desenvolvimento da riqueza, pela cultura do solo trazem o exemplo edificante e de que necessita ainda o nosso povo, de que não é incompatível com a dignidade de homens livres empregar-se em serviços, que tem estado exclusivamente a cargo dos escravos. (*Pacotilha*, nº 168, 10 jul. 1887, p. 2)

3.2. “Viva o 13 de maio! ”: as expectativas sociais quanto à abolição

Em janeiro de 1888, os ânimos estavam exaltados e os boatos acerca da abolição da escravidão tomavam conta dos mais variados espaços de debates. Para os escravistas, o fim do regime servil colocava em risco sua integridade física e de seu patrimônio, pois temiam pela rebelião dos escravos, alegando que o fim do sistema escravista colocaria em risco a segurança e a ordem do país. Por outro lado, abolicionistas afirmavam que a escravidão já era tida como um obstáculo para o desenvolvimento do país, fez a civilização caminhar a passos lentos, atribuindo ao trabalho escravo a ideia de atraso.

Além de evidenciar as relações entre as elites e as classes marginalizadas, temos que compreender os discursos que compunham os jornais no momento anterior a abolição da escravidão.

Às vésperas da abolição, a *Pacotilha* buscou construir o quadro de uma sociedade maranhense que aderiu à extinção geral da escravidão, destacando discursos que comemoravam a proximidade do fim do cativo, embora reconhecesse e desse vazão, ainda que parcialmente, a falas de grupos elitistas que entoavam o grito de negação ao fim do sistema escravista.

O objetivo de aqui se analisar o período de 1887 a 1889, parte do princípio de que os discursos e os pensamentos passaram por modificações em relação às primeiras edições. Além disso, entender como se estruturou a sociedade maranhense após a aplicação da Lei nº 3.353. Ainda que se estimule a ideia de que as elites, em geral, se mantiveram contra a abolição, parte dela aderiu ao rompimento da relação senhor-escravo, sem a exigência de indenização pelos possíveis danos que a libertação dos escravizados poderia gerar. Como salienta Sidney Chalhoub, “[...] em um determinado momento, as classes proprietárias ficaram de certa maneira a reboque dos acontecimentos, apesar de insistirem na sua auto-imagem de sujeitos onipotentes e arrogantes.” (CHALHOUB, 1990, p. 99).

As discussões se estenderam ao campo literário, que como parte da estrutura da imprensa maranhense, também exerceu o papel de agente influenciador na construção do pensamento social. Em uma das edições da *Pacotilha*, uma das manchetes apresentou uma carta destinada ao imperador, em que se destacou a relação da literatura com o meio social.

Sei que é o vosso amor pelas letras, o vosso ardente desejo de acelerar a civilização no Brasil, que vos induz a manter este absoluto direito de conquista sobre os escritores, pensadores e artistas da Europa.

Pensará Vossa Majestade que sendo a liberdade uma virtude da inteligência, em prol da liberdade cumpre trabalhar, aproveitando todas as obras intelectuais para distribuí-las aos povos sem literatura.

Erro generoso, Senhor, mas erro manifesto. Não fizestes este raciocínio paradoxal no dia em que abolistes no Brasil a escravidão. Então pensastes que, emancipando o trabalhador, aumentastes a dignidade ao trabalho, e substituindo bestas de carga vergadas debaixo do azorrague, por almas capazes de discutir os seus direitos, legitimáveis de novo a propriedade e enriqueceis o Brasil com grande riqueza moral. (*Pacotilha*, nº 258, 8 out. 1887, p.3)

Costuma-se reproduzir a ideia de que a imprensa foi um dos principais meios de construção do pensamento social de uma época, o que não é errôneo afirmar, mas é possível também pensar o movimento contrário, onde jornais de caráter supostamente imparcial, como o caso da *Pacotilha*, já evidenciavam pensamentos sociais formados em seções de *Publicações a Pedido*, que fez do discurso um molde para a construção do perfil do jornal. A *Pacotilha* acompanhou as discussões sociais e inseriu em suas páginas os debates que envolviam a sociedade ludovicense.

A imprensa brasileira do século XIX, regra geral, foi favorável para a movimentação do país nos mais variados campos administrativos. Segundo Lavina

Ribeiro, o que evidenciou a notável importância da imprensa foi “a sua nobilitação como instrumento necessário da prática política, atuando contra o Estado e a favor dele, movimentando-se entre diversos grupos, partidos e manifestações”. As mudanças ocorridas nos jornais possibilitaram o ingresso de novas narrativas, dessa forma, “a imprensa traz o registro da diversidade deste jogo, porque atuou nas diferentes posições em confronto.” (RIBEIRO, 2004, p. 116).

Sob este cenário de multiplicidade nas abordagens jornalísticas, a edição de 28 abril de 1888 da *Pacotilha* apresentou a relação da sociedade maranhense com o corpo político, mostrando uma suposta insatisfação da província com a forma como estava sendo conduzida a sua administração. É importante atentar para as mudanças que aconteceram na província do Maranhão, pois à medida que chegava ao fim o sistema escravista, os discursos sociais passaram por algumas mudanças. Abaixo, uma manchete que demonstrou o descontentamento dos maranhenses com o conservadorismo na província.

Pacotilha – Administração da Província

A situação conservadora na província tem sido fecunda em males, por não se haverem precavido os administradores que temos tido, contra as insinuações dos seus amigos, e as suas exigências desarrazoadas.

Desordens incríveis pelo aspecto que tomaram, assassinatos fria e calculadamente premeditados e executados, a conflagração. (*Pacotilha*, nº117, 28 abr. 1888, p. 2)

Em abril de 1888, a província do Maranhão adotou uma nova administração política sob a responsabilidade de José Moreira Alves da Silva, que foi inserido em uma sociedade maranhense sob o domínio do sistema conservador, comandado por José Bento de Araújo “cuja nefasta administração, deixou entre nós vestígios os mais salientes de sua inglória passagem” (*Pacotilha*, nº 121, 2 maio 1888, p. 2). O novo presidente da província foi caracterizado pelo jornal como “aboliconista”, sendo “a pessoa ideal” para seguir a linha de raciocínio civilizatória a qual os maranhenses estavam em busca.

Como era natura, os maranhenses, vendo semelhante conduta da parte da administração, perderam toda a confiança no governo. Vem agora tomar conta da presidência o sr. dr. Moreira Alves.

[...] As esperanças desfalecidas de um regime regular na administração reviverão, e espera-se que o novo presidente, delegado d’um novo governo, em cujo seio se acha um representante do Maranhão, seguirá rota diversa da dos seus antecessores.

[...] O representante maranhense que se acha no gabinete de que s. exc. é delegado, e um dos caracteres mais puros e nobres da província; seja s. exc. o seu representante no governo e a província, a parte sã da sociedade maranhense, estará satisfeita. É dela que s. exc. deve esperar o aplauso para os seus atos. (*Pacotilha*, nº117, 28 abr. 1888, p. 3)

A análise feita pelos articulistas da *Pacotilha* representou José Bento de Araújo como delegado de um governo conservador, que comandaria um povo (maranhense) pacífico, alegando que “o sr. José Bento, parodiando alguns dos imperadores romanos da idade média, começou a sua ditadura dispensando atenções a todos que o procuravam [...] prometia uma boa administração e a mais plena garantia de liberdade” (*Pacotilha*, nº 121, 2 de mai. 1888, p. 2). Para o periódico, se pode afirmar que o novo comando da província, representado como abolicionista, exerceu influência na construção do pensamento social maranhense a respeito do fim da escravidão.

Na véspera do decreto final sobre o futuro do trabalho escravo, os anúncios de fugas no jornal *Pacotilha* foram substituídos pelas manchetes que noticiaram uma parcela da elite aderente à libertação dos escravizados de forma definitiva e sem a necessidade de indenização por conta das suas perdas.

A exma. sra. D. Isabel da Encarnação Pinto Guimarães restituiu a liberdade sem ônus algum, em 14 de fevereiro último, a escravizada Raimunda, de 27 anos de idade e desistiu do direito aos serviços do ingênuo Arnalpo, filho da mesma.

O sr. José Simão Martins libertou incondicionalmente a 6 escravos que possuía.

A exma. Sra. D. Clotilde da Fonseca Pinto restituiu a liberdade sem ônus algum, em 1º do corrente, a suas escravas Clementina e Isabel, a primeira 35 anos de idade e a segunda de 19.

O sr. Eduardo da Fonseca Pinto deu liberdade e 3 do corrente, sem ônus ou condição alguma, a seus escravos Raphael de 22 anos de idade, e José de 42. (*Pacotilha*, nº 130, 11 maio 1888, p. 3)

Em 11 de maio de 1888, a *Pacotilha* escreveu em suas páginas uma nota, com o título *Victoria Abolicionista*, que analisou os percursos em que as marchas abolicionistas caminharam. Como pontuado anteriormente, com a abolição no Ceará e no Amazonas, juntamente com a aplicação da Lei dos Sexagenários, os abolicionistas de outras províncias consideravam o fim definitivo da escravidão como uma aspiração possível de ser realizada.

[...] A libertação do Ceará e posteriormente a do Amazonas foram os sinais de que a luta travada entre os abolicionistas e a escravidão ia terminando pela vitória daquele.

[...] A libertação dos sexagenários e as medidas de que tratava o seu projeto eram o ponto de transição, por onde se devia chegar a emancipação total e imediata num futuro não remoto. (*Pacotilha*, nº 130, 11 maio 1888, p. 2)

Na mesma coluna, a redação do jornal *Pacotilha* compartilha as relações conflituosas entre os abolicionistas e os defensores da permanência do cativo. É notório que desde a lei de 28 de setembro de 1885, as elites buscaram intensificar suas justificativas para a continuação do trabalho escravo. Porém, como aqui já afirmado, para toda ação escravocrata, houve uma reação abolicionista. É válido ressaltar que os conflitos de interesses faziam parte do cotidiano social de várias províncias, principalmente as resistências escravas, muito embora não fosse o principal elemento de debate na imprensa.

[...] Essa hostilidade que encontrou o gabinete 6 de junho produziu o resultado que se devia esperar e que não previram os emperrados: provocou todas as forças do abolicionismo, que preparou-se para uma luta de morte, cujo desfecho estamos presenciando e que não era possível adiar por mais tempo: esta consequência, com que não contavam os sustentadores da escravidão, é o que a nossos olhos os absolve hoje.

Sem aquela tenacidade no escravismo, é bem de crer que a instituição servil tivesse mais alguns anos de existência, embora bem poucos: com ela, bem pequena foi a sua duração, felizmente.

De um mal muitas vezes provém o bem.

Foi o que sucedeu. (*Pacotilha*, nº 130, 11 maio 1888, p. 2)

A parcela das elites maranhenses que ansiava o fim do sistema escravista foi representada na imprensa sob um olhar de muito entusiasmo pelo que a nação se tornaria após a abolição. Como aqui já analisado, havia um desejo de modernização social implantado a partir dos moldes de sociedade europeia, e a escravidão, acreditavam alguns abolicionistas, seria o primeiro passo para a civilização social.

A capital São Luís, detinha um grande contingente de cativos, sendo eles a maioria populacional da cidade. Com isso, os debates sobre o fim do cativo demonstraram o receio das elites de que as massas populares libertas gozassem dos mesmos privilégios das classes dominantes, principalmente no que se refere às noções de cidadania. Nesse sentido, a libertação dos escravizados causaria grande “desordem e

distúrbios em São Luís, temor que apenas cresceu com a possibilidade de libertação dos escravos” (COSTA, 2018, p. 10)

Apesar de em muitos momentos se analisar a abolição sob as noções e visões das elites, é coerente atentar a construção da liberdade escrava para além dos gritos ardentes dos abolicionistas, compreendendo que os próprios cativos inflamaram os seus discursos, resistindo de forma ferrenha contra o sistema escravista.

Em janeiro de 1888, o *Tópico do Dia*, da *Pacotilha*, trouxe a seguinte manchete.

Os que ainda estão contemporizando com a escravidão, devem banir por uma vez a ideia de aliança entre o trabalho livre e o trabalho servil sob o mesmo regime rural.

[...] Hoje o escravo é um mal, porque dificulta a concorrência do trabalho livre. O trabalhador livre tem mais exigência, tem família, tem necessidades mais fortes.

Produz mais, em compensação, e não nos desmoraliza nem exerce sobre nós a influência dissolvente do escravo.

O escravo precisa desaparecer para que a família brasileira aprenda a trabalhar. O trabalho doméstico é na generalidade dos casos, considerado uma desonra. A mulher brasileira recusa o trabalho que sempre viu em mãos escravas.

Assim, no momento atual, é o mais desorganizado de todo o serviço doméstico.

Os libertos, na sofreguidão do primeiro momento, recusam-se a sujeição primitiva; isso por um lado; por outro lado, nós, que os vimos escravos, permanecemos no falso pressuposto de tratá-lo como tais, e sob a influência de preconceito fidalgo.

Entretanto, dos males que a escravidão traz ao seio da família, o menor é este preconceito – o trabalho é uma desonra.

[...] Ela não pode continuar; além da desordem econômica produz a desordem moral o falseamento das nações por parte da raça dominadora.

[...] a liberdade não é um meio termo. É preciso agora que tenhamos a coragem completa, a coragem que salva nos grandes perigos. Libertemos-vos da escravidão. (*Pacotilha*, nº 5, 6 jan. 1888, p.2)

No que se refere ao Maranhão, a repercussão da abolição, ao menos na forma como representada nos jornais, se deu sob as mais variadas vertentes políticas, sociais e econômicas. No jornal *Pacotilha*, é comum encontrar publicações de diversas instituições, associações e personalidades, sejam elas políticas, jornalísticas ou literárias. Em maio de 1888, a coluna *Publicações a Pedido*, trouxe manchete muito esclarecedora sobre o posicionamento do comércio a respeito do fim do trabalho escravo.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO – A substituição do trabalho servil pelo trabalho livre.

É digna de todo o aplauso a Diretoria da Associação Comercial desta cidade, pelo empenho que está tomando ante um assunto momentoso, de atualidade, de interesses palpitante para a lavoura da província: a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre.

Com a extinção do elemento servil, cujo dia em breve surgirá, a lavoura do país, especialmente a lavoura do Maranhão experimentará uma transformação importante.

É, assim, que nesta província como que há um pânico com a simples lembrança de tal acontecimento. Dizem que aqui a indústria agrícola é sustentada tão somente pelo braço escravo, e que, desaparecido este, será ela aniquilada.

Externando o meu pensamento a respeito, francamente direi que – nunca despertou em mim a menor apreensão nesse sentido: direi melhor que – longe de presenciarmos uma diminuição na arrecadação do produto agrícola, olhemos, depois de efetuada a evolução que a nação aspira, em aumento considerável. Admitirei simplesmente que no primeiro ano da nova fase de trabalho, estacione o produto da lavoura, ou, se ainda quiserem, - sofra um abalo resultante de um decréscimo... (*Pacotilha*, nº 130, 11 maio 1888, p. 3)

Ainda, na mesma seção, o autor da publicação compreendeu que o fim do regime servil traria muitas modificações para o comércio. Logo haveria mudanças na economia, mas esse era um fator com relação ao qual a sociedade precisava se adaptar. Com isso, a publicação trouxe uma perspectiva diferente sobre as noções de trabalho construídas pelas elites, além de ressaltar o quanto seria significativa e eficaz a implantação do trabalho livre.

[...] Nem de outro modo poderia conceber-se aquilo que é conhecido e incontestável: que o trabalho livre reúne grandes vantagens comparado com o trabalho escravo.

Assim como a era da abolição da instituição escrava do Brasil, marcará nesse país uma data memorável ante sentimentos mobilíssimos, marcará também o dia em que deu ele um passo gigantesco em frente de seus adiantamentos intelectuais e materiais, de sua riqueza e do seu bem-estar.

Pensam alguns pessimistas: - Os escravos, libertos que sejam, abandonarão seus antigos senhores, visto como – estando livres – ninguém lhes obrigará ao trabalho.

Eis uma conjectura que absolutamente rejeito. Dizem: - ninguém lhes obrigará – Mas é isto o que justamente contesto. Se eles obedeciam a uma lei formulada pelo homem, a uma lei puramente convencional, que lhes determinava o trabalho, passarão a obedecer a uma outra mais respeitável, mais poderosa, de esfera superiora: a da Natureza, donde processe a da – Fome.

Poderá ainda a diretoria da nobre associação, a que me refiro, em princípios de cada ano, ou no tempo que julgar mais conveniente, a começar desde já, incumbir-se da missão de por meio de um – Guia Comercial e Industrial – prestar a lavoura melhores e mais francos esclarecimentos em relação ao estado do comércio, não somente da província como de outras praças do país e do estrangeiro; indicar-lhes os gêneros mais necessários ao cultivo, sua extração, preços, aqueles cuja cultura convém ensaiar, &

Bem está compreendido que não venho marcar limites as medidas em tais casos a lembrar: elas ficarão ao cuidado e ao zelo da diretoria, auxiliada por outros que tiverem por conselho a experiência, as circunstâncias – respeitada a lei da Economia Agrícola. (*Pacotilha*, nº 130, 11 maio 1888, p. 3)

Os momentos finais da escravidão no Brasil elevaram as discussões do futuro dos negros escravizados para além das questões trabalhistas. Sabe-se que nas províncias, as elites debateram a possibilidade de uma abolição gradual, que recompensaria ainda os proprietários que perderiam grande parte da sua mão de obra. Com isso, o amplo campo de debates sobre o sistema escravista, que ocupou muito espaço nas páginas de jornais, observou a condição futura dos libertos, analisando de que forma seriam eles inseridos socialmente como cidadãos. Envoltos nesse aspecto, a imprensa evidenciou a maneira como os negros livres seriam recebidos por uma sociedade com característica escravocrata, branca, elitista e impregnada de preconceitos raciais e sociais.

Os discursos acerca do futuro dos negros escravizados se entrelaçaram entre conceder aos libertos o direito à cidadania, de imediato, a ocupação deles em vários espaços, ou a possibilidade de que o liberto permanecesse sob as mesmas frentes trabalhos, porém mediante as novas condições. As elites agitavam seus ânimos à medida que a abolição se aproximava, manifestando nos jornais suas expectativas e perspectiva sobre o novo momento do país.

Em vários momentos, o *Club Artístico Abolicionista Maranhense*, por meio do jornal *Pacotilha*, demonstrou sua satisfação ou entusiasmo com o rumo que a sociedade maranhense tomou em relação ao fim do sistema escravista. Com isso, o clube organizou manifestações em prol de um festejo pelas ruas de São Luís, que visavam comemorar a extinção do trabalho servil.

Muitos órgãos buscaram evidenciar seu contentamento com a abolição da escravidão, por meio da imprensa publicando cartas e manifestos como forma de demonstrar sua gratulação pelo decreto regencial.

CAMARA MUNICIPAL. [...] Pedindo a palavra o sr. Xavier de Carvalho, propôs que a câmara em nome do povo maranhense endereçasse a Princesa Regente um manifesto de congratulação pela extinção do elemento servil o que foi aprovado por unanimidade. A câmara liberou festejar a vitória do abolicionismo, logo que seja sancionado o projeto do gabinete João Alfredo, para o que resolveu pedir ao exm. Sr. Presidente da província autorização para despender com tais festejos até a quantia de reis 500\$000. (*Pacotilha*, nº 130, 11 maio 1888, p. 3)

A edição de número 131, do ano de 1888, do jornal *Pacotilha*, reforçou em suas páginas que a sociedade ludovicense estava convencida do quanto o sistema escravista era um mal que precisava ser combatido, além de ser um meio favorável para a construção de uma sociedade civilizada e moderna. Os discursos proferidos pelos abolicionistas evidenciaram o desejo de tornar o negro escravizado como parte do contexto social, além de ressignificar as noções de trabalho construídas desde a era colonial.

Entre lamentos e comemorações, o jornal publicou a manchete *Festas da Redenção*, que cobriu as manifestações na capital São Luís, a fim de celebrar a lei que tornava extinta o trabalho escravo. Segundo o periódico, os abolicionistas tiveram seus feitos reconhecidos pela sociedade maranhense, bem como o corpo político e personalidades das elites da província.

FESTA DA REDENÇÃO. Desde ontem que começaram os festejos pela lei da libertação imediata dos cativos, que se acha em discussão no senado.

O regozijo que reinou na cidade desde anteontem à tarde, quando foi conhecida a convocação extraordinária do parlamento para funcionar nesse dia, e a aprovação do projeto na câmara em terceira discussão, tem continuado em escala ascendente e já ontem á noite percorreu as ruas da cidade uma concorridíssima passeata.

Saia da rua de Santa Anninha, da casa do sr. Sant'Anna Reis, em cuja sala achava-se em lugar de honra, sob um dossel, entre bandeiras nacionais artisticamente dispostas, o retrato do senador Franco de Sá, um dos representantes mais conspícuos do abolicionismo no senado, e membro proeminente do gabinete Dantas, principiou a passeata o seu trajeto pela rua dos Afogados, donde passou a percorrer grande número de ruas da cidade.

Carregado por membros do clube abolicionista iam dois andores em formas de pirâmides, tendo nas faces do tronco os bustos dos conselheiros João Alfredo, Visconde do Rio Branco, Vieira da Silva José Bonifacio e Dantas e o do dr. Joaquim Nabuco, e duas inscrições, uma das quais especial a esta redacção.

Durante o percurso foram continuamente soltados viva á abolição e aos seus mais denodados representantes, entusiasticamente correspondidos pela enormíssima massa popular que acompanhou a passeata desde que saio. (*Pacotilha*, nº131, 12 maio 1888, p. 3)

As comemorações cheias de entusiasmos se estenderam à redacção do jornal *Pacotilha*, que apesar do seu carácter supostamente imparcial, se simpatizou com a causa abolicionista.

Ao passar ela por palácio, onde foi saudar o sr. dr. Moreira Alves, como abolicionista e delegado do ministério 10 de março, falaram, s, exc. e o sr. dr. Tito Lemos, que foram calorosamente aplaudidos e terminaram os seus discursos saudando os abolicionistas brasileiros, o ministério 10 de março, a libertação dos escravos, etc.

Na rua de Nazareth em frente ao nosso escritório, foi esta redacção saudada pelo povo.

Muitas outras manifestações de adesão receberam os abolicionistas que promoveram a passeata de ontem, que receberam vivas e saudações entusiásticas de diversas casas de família por onde passavam, destacando-se a da família do major Antonio Pedro Ribeiro de Moraes, que se achava toda iluminada, e de onde as senhoras davam vivas aos abolicionistas e atirarão flores sobre os manifestantes.

No quartel um oficial fez um eloquente discurso que foi estrondosamente acolhido pela multidão, que lhe deu estrepitosos vivas. Também foram pelos manifestantes saudados todos os abolicionistas que têm tomado posição mais franca e saliente na grande cruzada, cujo fim se aproxima. (*Pacotilha*, nº131, 12 maio 1888, p. 3)

Diante de incontáveis expressões de satisfação com a abolição do trabalho escravo, o dia 13 de maio de 1888 foi um marco definitivo para os cativos, que conquistaram tal feito à base de lutas e resistências, sendo protagonistas de sua própria história. A imprensa evidenciou que cativos e livres foram capazes de refletir sobre suas condições.

O jornal *Pacotilha* na edição n. 132, de 13 de maio de 1888, proclamou em seu impresso a seguinte expressão, “Não há mais escravos”, como mostra a figura 1. A manchete noticiou a extinção definitiva do regime servil, alegando sobre a escravidão que “esta demorou-se por mais de meio século, mas chegou por fim, acolhida com aplausos unânimes pelo povo brasileiro” (*Pacotilha*, nº 132, 13 maio 1888, p. 2). A redacção do jornal fez uma retrospectiva dos momentos do movimento abolicionista que antecederam à aplicação da Lei nº 3.353, ressaltando as manifestações de luta pelo ideal de liberdade social.

Está sancionada a lei da redenção dos escravos. Ideia ontem, e hoje fato, a abolição está decretada, e de uma vez desaparecida a nefanda instituição servil que tanto embaraçou a marcha progressiva do Brasil. A alma nacional, presa da grande emoção, produzida pela humanitária reforma, como que passa por deslumbramentos, experimentando a maior das alegrias que tem agitado, depois de 1822 e 1823.

[...] A proibição da piratagem, disfarçada com o nome de tráfico, e a lei do ventre livre, foram brados de – alerta, soltados pela nação, expressões augustas das suas aspirações de futuro, estorvadas pela permanência do cativo.

Repetidos de ano a ano, de dia a dia, foram por fim ouvidos pelo poder e a aurora da redenção dos cativos raiou fulgurante no horizonte constelado da pátria. (*Pacotilha*, nº 132, 13 mai. 1888, p.2)

Figura 1 Página de número dois do jornal Pacotilha, edição 132, 1888.



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

A respeito das expectativas que foram criadas sobre o futuro da sociedade após a abolição, a *Pacotilha* deixou claro que seria o momento em que os então libertos poderiam gozar de privilégios sociais, compreendendo que a partir da abolição o contexto social seria de igualdade. As noções de sociedade que foram construídas com o fim do sistema escravista colocaram em evidência que as camadas sociais tinham por objetivo o direito à cidadania igualitária e justa, onde os ex-escravizados, em sua condição de liberdade, a começar desta data, estavam inseridos em um cenário desprendido de preconceitos sociais e raciais.

O telegrama que nos comunicamos no momento da publicação do *Impressão* de uma grande notícia de um novo melhoramento.

O estremecimento de júbilo que passa nesta hora no coração dos brasileiros, dá a alma popular como que o sentir de uma vida nova, matizada de risonhas esperanças, que antes mal ousavam apontar. Obscurecidas pelas nuvens negras da escravidão que nos pairavam no firmamento.

São as alegrias de milhares e milhares de homens livres pelo influxo da nova lei, e de quem se espera que, honrado a liberdade adquirida, consigam tornar-se dignos dela. O dogma social da igualdade perante a lei e perante a sociedade é de hoje em diante uma realidade, felizmente. (*Pacotilha*, nº 132, 13 maio 1888, p.2)

A cada linha redigida da edição 132, os articulistas da *Pacotilha* narravam as novas visões de liberdade e seus anseios por tornar a nação brasileira mais benévola aos recém libertos. A manchete que carregou o nome de “13 de maio”, trouxe consigo o grito entalado da vitória abolicionista sobre um sistema que deixou marcas severas em cada negro, que foi submetido ao elemento servil e introduzido em uma instituição desumana.

Os resquícios de classes existentes, os preconceitos de raças, e outros tantos prejuízos a que davam lugar as diferenças mantidas pela instituição servil, entre livres e escravos, tombaram esfacelados pelo nivelamento da lei de 13 de maio. Hosanas a liberdade.

A democracia que é a suprema aspiração dos povos modernos, que é o ideal das nações que querem caminhar – folga com a queda do colosso que há três séculos firmaram-se no Brasil, ainda infante, e que acaba de morrer.

A excelsa princesa que teve a fortuna de assinar a lei de 28 de setembro, que disse a escravidão – para e fez pessoas livres os filhos da mulher escrava, completou a sua glória e cercou o seu nome das simpatias populares, assinando a nova lei, que disse a escravidão – já viveste demais e deferiu-lhe o golpe que a aniquilou.

Resta que os escravos de ontem e os homens livres de hoje, entrados numa vida nova, como a que lhes acaba de abrir a lei de 13 de maio, mostrem por fatos que sabem compreender os benefícios da liberdade e os deveres do cidadão, lembrando-se sempre que o trabalho nobilita a quem o cultiva e nele procura os meios de subsistência, que o parasitismo não se concilia com a nobreza do caráter de pessoas livres, e que a ordem pública é elemento indispensável numa sociedade culta.

Eles compreendem de certo, é nossa crença; afaga-nos essa doce esperança que não podemos acreditar que seja apenas uma dourada ilusão. Hosanas à liberdade. (*Pacotilha*, nº 132, 13 maio 1888, p.2)

A fim de compreender os primeiros momentos da aplicação da lei que tornou extinta a escravidão na sociedade brasileira, como parte das expectativas sociais, me propus a estender meu campo de análise até os momentos iniciais do ano de 1889, com o objetivo de perceber de que forma os ideais abolicionistas foram assimilados à nova realidade social maranhense. A exemplo, a edição do dia 2 de janeiro de 1889, destacou que a economia do Maranhão passou por dificuldades devido a readaptação no modo de

produção, segundo os articulistas da *Pacotilha*, em uma notícia que fez uma retrospectiva da província em 1888 e das dificuldades financeiras pelas quais passou a sociedade.

PACOTILHA – O Maranhão em 1888.

Não foi o movimento industrial o único fato importante no Maranhão no ano 1888. Cumpre assinalar um outro, dado em todo o país em virtude da lei de 13 de maio.

Referimo-nos à transformação do trabalho.

Corrente em economia política e com a força d'um axioma científico, a superioridade do trabalhador livre sobre o trabalhador servil e presa ao serviço do primeiro a previsão dos mais benéficos resultados, a transformação operada no regime agrícola, pode ser considerada como o prenuncio de prosperidade n'um futuro não muito afastado.

Infelizmente para o Maranhão, a sua lavoura estava subjugada por dificuldades financeiras, quando se fez a abolição do braço escravo.

[...] Onerado de dividas, garantidas pelos escravos e engenhos, e a que os primeiros ofereciam a mais forte caução, viu-se com a lei da abolição sem a principal garantia do seu credito e sem a menor diminuição no seu debito. Esta situação penosa não o deixa ver claro nas cousas e nem lhe permite enfrentar o problema econômico de que está pendente o futuro da província.

[...] Estes que se conservaram superiores a crise da lei da abolição, embora vacilem sobre a eficácia do novo regime, pelas circunstancias accidentais que hoje concorrem no trabalhador, estão desenvolvendo uma atividade digna de aplauso e própria a despertar a confiança naqueles que se acovardaram com o desfecho que teve a questão servil. (*Pacotilha*, nº 2, 2 jan. 1889, p. 2)

O Brasil pós-abolição passou por um momento de adaptação à nova estruturação social e econômica, fazendo com que as mesmas questões que rodeavam as elites, em relação ao futuro financeiro, ainda fosse uma discussão que estava longe de chegar ao fim. Ao analisar os primeiros momentos de um novo ano, se percebe que os debates acerca do sistema escravista permaneceram, mas sob novas narrativas. Como exemplo, algumas manchetes noticiaram na *Pacotilha* a forma como os ditos “homens de cor” estavam pensando a sua condição e o momento da abolição.

Enquanto muitos abolicionistas creditaram a extinção do elemento servil unicamente à princesa regente, na edição do jornal *Pacotilha*, de 4 de fevereiro de 1889, a coluna evidenciou que os libertos reconheciam a abolição como um esforço da população subalterna.

Em Santos realizou-se no dia 13 do corrente uma reunião de homens de cor, na qual tomaram parte cerca de 500 pessoas. Falaram Quintino de Lacerda, que expôs o motivo da reunião, Eugenio de Wansuit e Benedicto Ramos, sendo votada e assignada por mais de 300 pessoas a seguinte moção:

<< Os homens de cor reconhecem que a abolição é obra do povo e não da coroa; que os ex-escravos em todas as emergências devem estar ao lado do

povo; que protestam contra os especuladores, que pretendem aliciar os pretos e amarelos contra os brancos em defesa de um governo que só soube persegui-los. >> (*Pacotilha*, nº 30, 4 fev. 1889, p. 3).

Ainda envolto nesse cenário, o jornal destacou o quadro político de 1888, em um contexto geral, onde demonstrou que algumas questões ainda estavam em aberto, bem como a indenização aos ex-proprietários de escravos. Mas, embora contornado nessas circunstâncias, a sociedade brasileira, pelo menos uma porcentagem dela, pareceu demonstrar apreço pelas medidas que foram tomadas a respeito da escravidão, estando dispostos a eventuais adaptações sociais e econômicas.

A POLÍTICA DE 1888. [...] O império do Brasil honrou-se no presente por um ato desse gênero, e assim procedendo, trabalhou efetivamente para a realização da sua fortuna no futuro.

O aplauso foi, pois, geral; não só da parte dos que viam a abolição pelo lado humanitário e civilizador, como daqueles que a consideravam pelo lado do mal que a escravidão fazia ao Brasil.

Valerá ainda a pena discutir a questão de indenização? Ela está condenada na opinião pública, e o governo que ousasse levantá-la provocaria certamente sérios conflitos. (*Pacotilha*, nº 26, 30 jan. 1889, p. 2)

As expectativas sociais a respeito do fim da escravidão transitaram entre lamentos e comemorações. Enquanto os abolicionistas e simpatizantes comemoravam a emancipação, houve quem se demonstrou resistente a medida até os anos seguintes. O que se pode afirmar é que o Brasil após maio de 1888, se reestruturou enquanto sociedade e reformulou uma nova visão do negro, como parte do cenário social brasileiro. O processo de mudanças no corpo social caminhou a passos lentos, principalmente no que se refere a cidadania dos libertos, mas foi um momento de construção de novas noções de liberdade e de suas condições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado pela imprensa brasileira permitiu o desenvolvimento do jornalismo em outras províncias do país, a sua transformação possibilitou a construção de novas narrativas e novos personagens como produtores de suas próprias histórias. A imprensa no Maranhão colocou em evidência uma província composta por elites letradas e branca, que representavam a minoria numérica da população maranhense, muito embora se fizesse o pensamento contrário, de atribuir à população negra escravizada esse caráter.

A partir do século XVII, a província do Maranhão passou por um intenso crescimento nos mais diversos campos, seja no setor econômico ou social, elevou as discussões acerca do sistema escravista, fazendo com que o mesmo saísse do campo restrito das elites para entrar no fluxo de debates das camadas sociais mais baixas. A imprensa representou para a sociedade maranhense a possibilidade de construção de um pensamento humanitário, bem como a ideia de um corpo social civilizado. O processo de urbanização de São Luís, caminhou junto com o desenvolvimento da empresa jornalística no Maranhão. O jornal *Pacotilha* com seu caráter supostamente imparcial, mas não deixou de demonstrar os ideais de seus articuladores, que tinham afeição as causas abolicionistas.

Em meio ao contexto abolicionista, o jornal *Pacotilha* surgiu em 1880 como um jornal “sem opiniões”, capaz de colocar discursos conservadores e liberais, um ao lado do outro. Com o passar das edições, o jornal adotou uma postura que enfatizou o caráter abolicionista de seus articuladores, fazendo com que o mesmo exercesse o papel de mediador entre os interesses das elites e dos populares. Com isso, entre *Publicações a Pedido e Transcrições*, a *Pacotilha* se consolidou com grande influência no meio social maranhense.

Para contemplar a proposta de compreender o cenário em que estava inserida a imprensa oitocentista, bem como identificar as relações da imprensa com a escravidão, os objetivos traçados para a elaboração deste trabalho foram buscados por meio de um grande trajeto de leitura e análise das fontes. Ao me deparar com documentos do século XIX como fontes de pesquisa, precisei ampliar meu campo de visão investigativo em um processo longo, que durou pouco mais de um ano de pesquisa. As principais considerações a respeito do rumo tomado pela pesquisa, condiz ao fato de observar a

imprensa não somente como um reflexo das elites, mas como um mecanismo que foi capaz de influenciar manifestações sociais. A imprensa maranhense, em determinados momentos, juntou seu caráter informativo, com os anseios sociais pelo fim do sistema escravista, ainda que a temática da escravidão não tenha sido tão recorrente nos anos iniciais. Não se pode negar que os periódicos contribuíram para as noções de civilização e cidadania.

O uso de jornais do século XIX como fontes de pesquisa histórica possibilitou compreender alguns aspectos da vida cotidiana, por serem os periódicos um espaço que expõem a dinâmica social, bem como a conjuntura administrativa. No meio do processo criativo, as principais preocupações se baseavam em identificar quem falava e com quem os articulistas do jornal estavam dialogando. A análise do discurso jornalístico perpassa o público leitor e os personagens que colaboraram para a circulação de colunas como as de *Publicações a Pedido* e *Collaborações*. Por isso, foi preciso estar atenta a cada coluna e manchete de forma minuciosa.

O contexto do processo de abolição por meio da análise de impressos possibilita o desenvolvimento de pesquisas futuras, como o acesso dos jornais para pessoas analfabetas, tendo em vista que grande parte da população não foi integrada na cultura letrada. A condição de cidadania atribuída para os ex-escravizados, tendo em vista o longo processo de aceitação do negro escravizado como parte da esfera social e s inúmeros casos de desaparecimentos de pessoas negras. Como se observa, são diversas as possibilidades de pesquisa que tratam da escravidão por meio da imprensa oitocentista.

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo contribuir para a historiografia do Maranhão, principalmente no que se refere ao período oitocentista, quando a então província exerceu um importante papel na conjuntura econômica, política e social do país. Seja como exportadora de cativos, ou como influência intelectual, a sociedade maranhense era um composto de diversos pensamentos e discursos. As noções de sociedade civilizada construídas no Maranhão, conversaram com a forma como a província se posicionou diante do sistema escravista. E, ainda que estivesse inserido neste cenário escravocrata, os ideais abolicionistas também fizeram parte das aspirações sociais.

REFERÊNCIAS

A) Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Movimentos Abolicionistas**. IN: Dicionário da escravidão e liberdade. SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARAUJO, Johny Santana de. **A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX**: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para o público leitor. *Dimensões*, vol.33, 2014, p. 360-383. ISSN: 2179-8869.

_____. **A Empresa Jornalística No Maranhão Na Segunda Metade Do Século XIX**: O Estado Imperial Os Jornais E A Construção Da Guerra Do Paraguai Para Um Público Leitor. *Revista FSA, Teresina*, v. 12, n. 1, art. 9, p. 139-150, jan./fev. 2015.

ARAÚJO, Roni César Andrade. **O impacto da Escrita na Sociedade Maranhense do início do século XIX**. XXVIII Simpósio Nacional de História. 27 a 31 de julho, 2015. Florianópolis – SC.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco – O negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, João Paulo. **O pós-abolição no Rio de Janeiro**: representações do negro na imprensa (1888-1910). 2010. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís**: entre o institucional e o repressivo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do grau de Mestre. São Luís, MA. 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 6° ed.

COSTA, Yuri Michael Pereira. **Celso Magalhães e a justiça infame: crime, escravidão e poder no Brasil Império.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. DIFEL/Difusão Editorial S.A. Portugal. 2002.

DAL RI, Luciene. **A construção da cidadania no Brasil: entre Império e Primeira República.** Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 7-36, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Maria Clara Corsino; SILVA, Mayara Barbosa; BRAZ, Monizy Amorim da Rocha; ARAÚJO, Murilo Silva de. SOUZA, Nayara Luiza de. CALEIRO, Maurício. **Diários da liberdade: Uma análise da imprensa abolicionista do final do século XIX.** VII Encontro Nacional de História da Mídia, Unicentro. Guarapuava-PR, 28 a 30 de Abril de 2011.

FERREIRA, Esmênia. **Os escravos e o imaginário social: as imagens da escravidão negra nos jornais de São Luís (1830-1850).** In: O Maranhão e a Escravidão Moderna. ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (organizadores). São Luís: Eduema, 2016. p. 191-218.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisian. RIBEIRO, Daiane Bertasso Ribeiro. **A produção de sentidos em discursos jornalísticos por meio de estratégias de imagem.** Revista Comunicação Midiática, v.5, n.1, p.61-75, set./dez. 2010.

GRINBERG, Keila. **Escravidão, Liberalismo e Direito Civil: as definições de status e cidadania nas memórias sobre a elaboração do código civil brasileiro (1855-1916).** X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS. Santa Maria – RS. 26 a 30 de julho, 2010.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Relações de intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luís no século XIX.** Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 2005.

JORGE, Sebastião. **A censura na imprensa do Maranhão.** Revista Cambiassu. Publicação Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal

do Maranhão – UFMA – ISSN 0102-3853. São Luís – MA, Vol. XVI – nº 2 – Janeiro a Dezembro de 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil**. Proj. História, São Paulo, 16 de fev. 1998.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. **Código Penas Escravista e Estado**. IN: Dicionário da escravidão e liberdade. SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MOREL, Marco. **Independência no papel: a imprensa periódica**. IN: István Jancsó (org), *Independência: história e historiografia*, São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

_____. **Imprensa, ética escravista e ideias abolicionistas no Maranhão na década de 1880**. ANPUH – XXV SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

_____. **Vida de Escravos: trabalho e cotidiano no Maranhão do século XIX**. In: O Maranhão e a Escravidão Moderna. ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (organizadores). São Luís: Eduema, 2016. p. 49-70.

PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. **Os defensores do escravismo na imprensa ludovicense (1881-1888)**. Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 77-97

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Cultural, Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições e Processos – da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Um Mapa da Difusão do Jornalismo Maranhense nos séculos XIX e XX.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

_____. **O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX.** Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil.** Intercom – RBCC. São Paulo, v.38, n.2, p.275-288, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964).** São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n. 41, p. 97-114, 1o. sem. 2004.

RIBEIRO, Giovana Caroline da Silva. **Vistam a Carapuça: jornais abolicionistas em São Luís (1880-1884).** Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em História. São Luís, 2017.

SERRA, Joaquim. **Sessenta Anos de Jornalismo: A imprensa no Maranhão.** Ed. Faro & Lino, 1883. Rio de Janeiro.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4ª ed. (atualizada) – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SILVA, Régia Agostinho. **Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX.** Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, jul./dez. 2014.

B) Impressos

A POLÍTICA DE 1888. **Pacotilha.** São Luís, p.2, 30 jan. 1889.

A PACOTILHA. **Diário do Maranhão.** São Luís, p. 2, 2 abr. 1886.

ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA. **Pacotilha.** São Luís, p.2, 28 abr. 1888.

AO CORPO ELEITORAL DA PROVINCIA. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 10 out. 1884.

BOLETIM PARLAMENTAR. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 24 ago. 1887.

CAMARA MUNICIPAL. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 11 maio 1888.

Carapuça. São Luís, p.3, 10 jul. 1884.

CARTA AO IMPERADOR. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 8 out. 1887.

CEARÁ LIVRE. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 2 jan. 1884.

DIVERSAS NOTÍCIAS. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 3 jan. 1887.

ESCRAVO FUGIDO. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 5 jan. 1887.

FESTA DA REDENÇÃO. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 12 maio 1888.

IMPrensa. **O Paiz**. São Luís, p.2, 7 dez. 1883.

LIBERDADE – AO MEMBROS DO CLUB ARTISTICO ABOLICIONISTA MARANHENSE. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 29 jul. 1887.

MANIFESTO DA SOCIEDADE ABOLICIONISTA. CENTRO EMANCIPADOR – AO POVO MARANHENSE. **Pacotilha**. São Luís, p.2-3, 29 set. 1881.

NÃO HÁ MAIS ESCRAVOS. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 13 maio 1888.

NOTAS. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 1 abr. 1886.

NOTAS. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 28 set. 1881.

NOTAS. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 22 set. 1881.

NOTAS. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 11 maio 1888.

NOTAS. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 4 fev. 1889.

O ABOLICIONISMO NO BRASIL. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 11 fev. 1884.

O ABOLICIONISMO E O GOVERNO. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 21 fev. 1887.

O CONSELHO PRADO E A QUESTÃO SERVIL. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 30 ago. 1887.

PACOTILHA. **Pacotilha**. São Luís, p.1, 30 out. 1880.

PACOTILHA – O MARANHÃO EM 1888. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 2 jan. 1889.

PACOTILHA – A IMMIGRAÇÃO. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 10 jul. 1887.

PACOTILHA – TÓPICOS DO DIA. **Pacotilha**. São Luís, p.2-3, 7 nov. 1887.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO – ABOLICIONISMO REVOLUCIONARIO. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 10 out. 1884.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO – HOSANA. HOSANA. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 2 maio 1888.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO – A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO SERVIL PELO TRABALHO LIVRE. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 11 maio 1888.

RESPOSTA A << CIVILIZAÇÃO>>. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 13 jul. 1881.

TRANSCRIPÇÃO – SEMANA POLÍTICA. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 7 jan. 1887.

TRANSCRIPÇÃO. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 14 fev. 1887.

TRANSCRIPÇÕES. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 14 nov. 1887.

TRANSCRIPÇÃO. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 19 nov. 1887.

TRABALHO LIVRE. **Pacotilha**. São Luís, p.3, 7 nov. 1887.

TÓPICOS DO DIA. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 6 jan. 1888.

VICTORIA ABOLICIONISTA. **Pacotilha**. São Luís, p.2, 11 maio 1888.